
TEMPO DE CONSTRUIR

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL



CONGRESSO

"Eu sou eu e minha circunstância"
José Ortega y Gasset

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

TEMPO DE CONSTRUIR
O CDS FAZ FALTA A PORTUGAL

PRIMEIRO SUBSCRITOR: **NUNO MELO**

I. UM NOVO TEMPO

Com o 29º Congresso do CDS não começa a última batalha de um CDS perdido. Antes sim, o primeiro combate para um CDS renascido.

Não há como negar que os resultados das últimas eleições legislativas, arredando o CDS da Assembleia da República, circunstância nunca vivida em mais de 47 anos, foram trágicos e os piores da nossa história. Mesmo assim, o CDS não é um partido qualquer. Enquanto quisermos, enquanto lutarmos, o CDS não acabou.

O CDS é um partido fundacional do regime democrático. Governa sozinho 6 autarquias com expressão no continente, Açores e Madeira, tem representação no Parlamento Europeu e integra os governos de ambas as regiões autónomas.

Reconstruiremos um partido forte e preparado para o desafio das eleições europeias a realizar em 2024 e pronto para regressar à Assembleia da República em 2026.

Não aceitamos, menos nos resignamos, a encarar a ausência do CDS, que consideramos totalmente conjuntural, da vida parlamentar nacional, como uma regra a ter no futuro. E são muitos os portugueses que, mais do que testemunharem a perda que sentem, e a ausência do seu voto no hemiciclo, se afirmam disponíveis para ajudarem a inverter um ciclo negativo, que passará também, devemos reconhecer, pela absoluta necessidade do partido saber ler os sinais, interpretar com coragem o que falhou, alterar e corrigir o que tem de ser mudado. Com todo o respeito pelo legado e pela história, que tanto nos honra e teremos sempre presente, transformaremos o CDS num partido político de centro-direita moderno, formatado para os desafios do século XXI.

Os partidos políticos têm de se abrir à sociedade. Com o regime democrático consolidado, aproveitar o talento e a disponibilidade dos melhores quadros, filiados ou independentes, é uma oportunidade e um sinal de inteligência. Partidos que se fecham sobre si próprios, enquistados em sindicatos de voto que condicionam as melhores escolhas e impedem uma visão nítida de qualidade perante quem decide nas urnas, definham e perdem expressão, substituídos por novas realidades que encontram espaço no descontentamento dos eleitores. É isso que tem acontecido um pouco por toda a Europa. O CDS tem de conseguir apanhar o comboio dos tempos.

Abertos a todos, reforçando estruturas locais em que cada um faz falta, desde que disponíveis e de boa fé, teremos de assegurar que quem represente o CDS onde seja, traduza o talento e a capacidade de que Portugal precisa. Ao longo da sua história, o CDS foi sempre mais forte quando a sociedade percebeu em cada rosto, expressões de mérito, para todas as áreas sectoriais. O CDS voltará ao melhor de si.

Daremos um sinal muito claro. O CDS do futuro, será também a casa de muitos independentes, que revendo-se no que somos, e querendo contribuir com a sua razão de ciência em espaços de pensamento e construção de propostas, não sentem necessariamente vontade de militarem no sentido orgânico do termo. A par dos melhores quadros com que o CDS já conta, sairemos muito mais fortes e preparados para todos os combates eleitorais.

A presente Moção de Estratégia foi, de resto, a primeira consequência desta visão. Na sua base está o contributo de Grupos Sectoriais já criados, que agregando algumas das pessoas mais reconhecidas das nossas universidades, empresas, hospitais, mundo associativo, federações, confederações e outras instituições, tendo como único denominador comum a capacidade e a bandeira do CDS, ajudaram a desenhar a estratégia que nos vinculará no ciclo dos próximos 2 anos.

O CDS garante deste modo uma condição necessária para o sucesso, resgatando uma marca que sempre quis sua: ideias nítidas, bandeiras claras e quadros de primeira linha. Credibilidade e competência voltarão a ser marcas de água indelévels do nosso partido.

O CDS tratará também de todos os temas das chamadas "novas agendas", que estão no epicentro das decisões europeias e condicionam o essencial da atribuição de fundos comunitários. A par dos temas "clássicos", questões como a Sustentabilidade e o Ambiente, Transição Energética, Economia Digital e Economia Azul, que em Bruxelas e Estrasburgo são estratégicas para todos os grupos políticos, deixarão de ser, como erradamente acontece por vezes em Portugal, bandeiras que a esquerda faz suas. Sobre cada uma delas o CDS terá ideias e propostas nítidas.

Dito isto, sabemos que teremos pela frente um caminho difícil e penoso. Mas a nossa crença de que resgataremos o partido para o lugar que por direito justifica no regime democrático é firme e inabalável. Não nos deprimiremos com as dificuldades, antes sim, caminharemos animados com as possibilidades.

Evidentemente, para que tanto seja possível, teremos de realizar reformas duras que o CDS nunca encarou, mas sabemos são uma inevitabilidade dos tempos e das nossas novas circunstâncias. Os problemas encaram-se de frente. O CDS terá de se reconstruir e reorganizar no sentido de se transformar numa Instituição ágil, verdadeira na sua expressão de militância e atenta aos encargos, quando os recursos financeiros foram drasticamente mutilados com a perda de subvenção parlamentar.

Ser militante do CDS terá de começar a significar muito mais do que a inclusão num ficheiro de nomes. Ser militante do CDS não pode ser tido como um favor que se presta a um partido, ou uma inscrição instrumental de predomínios internos.

Ser militante do CDS é um privilégio e cada militante do CDS terá de assegurar o pagamento de quotas, como contrapartida para os direitos que essa condição garante, casos de eleger, ser eleito e participar na vida de uma Instituição que existe como mecanismo de poder, capaz de ajudar a transformar a vida em sociedade.

Em simultâneo, quem pelas novas obrigações não pretenda manter essa condição, não será arredado da vida do nosso partido. Um outro estatuto, de simpatizante, conferirá uma ligação de diferente nível, ainda que sem a possibilidade de exercício daqueles direitos.

Não há também como esconder que a difícil situação financeira do CDS, será talvez a mais penosa prioridade com que seremos confrontados, implicando, talvez, decisões drásticas do ponto de vista humano e material. Não se vive, gastando o que não se possui. O CDS terá de fazer escolhas difíceis, quando é público que as receitas auferidas, não cobrem uma enorme parte das despesas correntes do partido. Teremos, todos, de estar disponíveis para aceitar esse facto e até ao momento em que recuperarmos níveis claros de solvabilidade, para mudarmos hábitos antigos, incompatíveis com custos que deixarmos de conseguir suportar. Não obstante, como em tantas coisas na vida, momentos assim abrem oportunidades para novas formas de fazer política.

Reuniões em rede digital de nível nacional, regional e local, asseguram com sucesso encontros, onde sedes do partido deixarem de poder ser pagas. Quotizações voluntárias poderão garantir sedes, onde o CDS deixar de as poder suportar. E formas legais de angariação de fundos poderão amortizar parte de um passivo que nos estrangula e impede que coloquemos todas as energias no exercício da acção política, que traduz o escopo de qualquer partido político.

O CDS terá de se reorganizar e reconfigurar administrativamente e procedimentalmente, em modo compatível com os tempos.

Por último, o CDS terá de ser capaz de se reconciliar com a sua história, criar pontes em vez de reforçar trincheiras internas, concentrar todo o ímpeto na oposição que tanto tem faltado contra as esquerdas e quando for caso disso, para um retorno ao poder na governação. Queremos correntes que unam, e não que subtraíam. Nenhum partido cresce, subtraindo.

O CDS será outra vez um espaço onde democratas cristãos, liberais e conservadores se sentirão bem, porque complementares, em vez de barricados em tendências artificiais apostadas em processos redutores de purificação ideológica.

Em vez de excluir, unir, em vez de reduzir, alargar, em vez de crispar, reconciliar, em vez de fechar, abrir, em vez de desistir, reconstruir.

II.

GRANDES LINHAS PROGRAMÁTICAS

1. SAÚDE

A) ENQUADRAMENTO

Há que definir rigorosamente, e sem qualquer preconceito ideológico, os termos da relação entre os setores público, social e privado, visando a respetiva consolidação de um sistema transparente, com regras claras. O CDS acredita na complementaridade desses sectores.

Defender a saúde é preservar a universalidade e equidade. Fatores económicos e sociais não podem condicionar o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde. Porque a Saúde é um bem e direito de todos

B) O QUE TEMOS

Garantir a saúde das populações deve ser uma prioridade nacional. Todavia, em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) entrou em colapso, com repetidas violações do Direito Constitucional. O acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde não é eficaz e a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Paliativos está longe de ter uma cobertura adequada às necessidades.

Sejamos claros, em dois exemplos apenas, quanto às incapacidades manifestas do SNS:

- Elevado número de listas de espera para consultas e intervenções cirúrgicas, quer nos hospitais quer nos centros de saúde;
- Negligência nos cuidados de saúde primários e cuidados especializados por falta de condições de trabalho e de atendimento, bem como pela ausência de sensibilidade das administrações.

A reforma estrutural do SNS e a elaboração de uma nova política de saúde são apostas que terão o nosso empenho e envolvimento. Defendemos a definição de respostas fortes, integradas, eficazes e capazes de proteger as pessoas.

Acreditamos num Sistema de Saúde centrado no cidadão e não no hospital ou no prestador de cuidados, razão pela qual o Serviço Nacional de Saúde (SNS), sendo um instrumento precioso e insubstituível para garantir o acesso, a equidade e a solidariedade social na saúde, pode e deve ser complementado pelos sectores privado e social, a bem, sobretudo das classes sociais mais desfavorecidas que não tendo outra opção, tantas vezes ficam reféns de um SNS labiríntico à beira do colapso, estrangulado e demorado.

O crescimento da despesa direta das famílias com a saúde em Portugal (é cerca de 30% dos gastos totais em saúde) revela que há cada vez mais famílias de menores rendimentos a ter de se substituir ao Estado. Queremos dar resposta à suborçamentação, avançando com um modelo de financiamento mais eficiente, assente em orçamentos plurianuais que tragam sustentabilidade e previsibilidade, e capacidade de resposta, cobertura e comparticipação a quem precisa.

A prestação de cuidados de saúde no SNS enfrenta diversos desafios. Alguns deles são internos e passam pela ausência de organização, liderança e responsabilização. Outros são externos e prendem-se, essencialmente, com o ritmo da inovação tecnológica e com o aumento da carga da doença crónica. Este último exige uma resposta urgente: o crescente número de pessoas com doença crónica a recorrer aos hospitais devido a episódios agudos tem de obrigar a uma reorganização dos serviços que permita inverter esta realidade.

Em 2020 a despesa do SNS atingiu o valor mais elevado de sempre (11.456 milhões de euros), aumentando a sua importância em percentagem do PIB (5,6%).

A despesa do SNS tem vindo a crescer em termos absolutos. O pagamento das famílias representam 29,8% da despesa corrente em saúde, valor superior à média europeia, (20,1%).

C) O QUE QUEREMOS

1. Assegurar uma verdadeira articulação entre os Cuidados de Saúde Primários, os Cuidados Hospitalares, os Cuidados Continuados e Paliativos, garantindo uma integração funcional;

2. Aumentar o investimento na prevenção da doença e promoção da saúde;

3. Garantir a flexibilidade organizativa dentro de um contexto financeiro em que o volume de recursos disponibilizados deve decorrer das necessidades dos cuidados de saúde das populações, assegurando a clarificação entre os setores público, social e privado;

4. Promover a participação dos profissionais de saúde na gestão, alicerçada em conhecimento técnico específico;

5. Tornar o SNS um sistema de proximidade, com acesso imediato dos cidadãos aos cuidados de saúde, quer sejam do setor público, social ou privado;

6. Garantir que os serviços de urgência hospitalar sejam compostos por profissionais de saúde dedicados a essas funções em número adequado e grau de diferenciação compatíveis com o desempenho;

7. Substituir estruturas assistenciais fixas e rígidas por estruturas flexíveis e móveis, designadamente nas regiões do interior do país;

8. Rever as carreiras dos profissionais de saúde e o sistema remuneratório, tendo como objetivo valorizar o desempenho e diferenciação científica;

9. Criar uma rede de cuidados domiciliários eficaz e de cobertura nacional;

10. Desenvolver centros de excelência e promover hospitais de curto internamento;

11. Avançar com a criação de mais Centros de Responsabilidade Integrada (CRI), enquanto estruturas capazes de uma resposta mais eficiente, baseada nas melhores práticas clínicas e com maiores níveis de produtividade;

12. Reorganizar a governação do Serviço Nacional de Saúde, eliminando estruturas intermédias e avançando com a extinção das Administrações Regionais de Saúde,

aplicando as suas competências no aumento da autonomia de forma expressiva, das restantes instituições do Serviço Nacional de Saúde., nomeadamente nas ULS;

13. Dignificar a carreira do Médico Especialista de Medicina Geral Familiar, não apenas por uma questão de remuneração, mas também do justo prestígio, motivação e reconhecimento entre os seus pares. Esta alteração deve começar nas Faculdades de Medicina e acabar num maior investimento na carreira do MGF;

14. Criar uma Carta Nacional de Equipamentos de Saúde;

15. Evitar a sobreposição de estruturas e correta gestão da capacidade instalada com coerência estratégica; proceder ao desenvolvimento e lançamento dos concursos públicos para as indispensáveis requalificações de Equipamentos degradados ou novas Unidades Hospitalares ou Centros de Saúde/USF onde elas se justificam.

16. Resolver problemas importantes de reorientação e de consolidação de equipamentos de saúde e sua reclassificação (hospitais e centros de saúde). As assimetrias que importa corrigir devem respeitar um rigoroso quadro de requisitos prévios não podendo continuar, como até hoje, à mercê de lógicas de históricos adquiridos, clientelismo ou pressão política. Importa uma rede geograficamente equilibrada e requalificada.

17. Com o actual quadro epidemiológico e com o aumento da doença crónica, o apoio às ERPIS (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), deve ser reforçado em recursos humanos qualificados e ser implementado uma estreita articulação com as Instituições de Saúde, designadamente os Cuidados de Saúde Primários.

2. FINANÇAS PÚBLICAS E ECONOMIA

A) ENQUADRAMENTO

O CDS sempre foi o Partido das contas públicas certas. Quando fomos chamados a governar o País, muitas vezes em situações de crise, recessão económica ou bancarota, herdadas invariavelmente de governações socialistas, fomos sempre defensores de políticas públicas responsáveis e de rigor orçamental, as quais são indispensáveis a um crescimento económico saudável e sustentado.

O conservadorismo fiscal do CDS passa pela racionalização e redução da despesa pública, principalmente em períodos de crescimento económico, com o objetivo de reduzir sustentadamente os impostos sobre as famílias e as empresas e de aumentar a competitividade fiscal internacional, criando uma sociedade civil mais forte, uma economia mais próspera e dinâmica e um Estado mais reduzido e menos interventivo.

Em períodos de crise, como aquele que atravessamos em resultado da invasão brutal da Ucrânia pela Rússia, o Estado pode ser chamado a desempenhar um papel mais ativo na economia, mantendo sempre uma visão prudente das finanças públicas. Nestes períodos podem e devem ser promovidas medidas ativas, quer do lado da despesa, quer principalmente do lado da receita, para reagir a problemas conjunturais que afetem as

famílias e diversos setores económicos (choque energético e crise de matérias-primas, disrupções nas cadeias logísticas e no abastecimento alimentar, encerramento de empresas), mesmo que que resultem em desequilíbrios orçamentais temporários.

Em termos económicos, o CDS é o partido da defesa da propriedade e da iniciativa privada, da liberdade económica e do funcionamento saudável e concorrencial do mercado. Da família, do mérito, do empreendedorismo, do esforço, do trabalho e da poupança. Das reformas fiscais que promovam a competitividade e a produtividade e que ponham o País a crescer e a criar riqueza. Mas também de um Estado forte nas questões de soberania, de um Estado eficiente e subsidiário nas questões sociais e económicas, de um Estado regulador e não paternalista, de um Estado complementar nos sectores da saúde e da educação, que respeite a liberdade de escolha das famílias.

Por isso, o CDS defende uma desburocratização e uma reforma profunda da administração pública que permita ao Estado desempenhar melhor as suas funções de parceiro e supervisor, e menos como prestador, gastando menos dinheiro dos contribuintes e promovendo, simultaneamente, o investimento, a inovação, as exportações, o crescimento empresarial e a criação de emprego.

O CDS é o partido da iniciativa privada, do empreendedorismo e da competitividade fiscal.

Mas também é o Partido do combate à pobreza e da exclusão social, promovendo uma sociedade inclusiva com a participação ativa de todos, envolvendo simultaneamente a sociedade civil e o Estado no apoio às famílias mais necessitados, principalmente às famílias com filhos, através de um esforço conjunto e coordenado do setor público, privado e social.

B) O QUE TEMOS

Depois de 6 anos de governação socialista, a situação do País não é boa. Bem pelo contrário, é uma situação bastante preocupante, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista económico.

Do ponto de vista financeiro, o País tem hoje uma dívida pública recorde de 270 mil milhões de euros, que representa 127% do PIB, uma despesa pública recorde acima dos 100 mil milhões de euros anuais, a rondar os 50% do PIB, o número de funcionários públicos recorde, que já ultrapassa os 733 mil, e uma carga fiscal recorde de cerca de 35% do PIB.

Nada de muito surpreendente. Os socialistas só sabem governar aumentando a despesa pública e o número de funcionários públicos. E para pagar este despesismo recorrem sistematicamente à emissão de mais dívida pública e ao agravamento da carga fiscal, que representa hoje uma pressão fiscal muitíssima elevada para as famílias e empresas em Portugal. Daí que as famílias portuguesas suportem hoje um IRS altamente progressivo, mesmo em termos europeus, e as empresas portuguesas paguem hoje a taxa agregada máxima de IRC de 31,5%, a taxa mais elevada da União Europeia

Esta forma de governar assente no aumento da despesa pública, conjugada com a ausência total de reformas estruturais, levou a uma estagnação do crescimento económico e, mesmo, a um empobrecimento relativo de Portugal em comparação com outros países da UE em termos de PIB per capita. Portugal apresenta hoje um nível preocupante em termos de perda de competitividade e de descapitalização das empresas.

Se a situação se mantiver, Portugal caminha inexoravelmente para ser um dos países mais pobres da Europa nos próximos anos.

Acresce que a fragilidade da economia portuguesa se viu agravada pelos efeitos da pandemia e da recente guerra na Ucrânia. Os impactos em cadeia provocados pelo aumento de custos da energia e das matérias-primas e por disrupções nas cadeias logísticas já estão a ter pesadas consequências. A inflação homóloga atingiu já os 4,4% em Portugal e os 5,8% na zona euro, o máximo desde 1997, com tendência a crescer, e as taxas de juro, inevitavelmente, terão de subir, num país que tem a terceira dívida pública mais elevada da zona euro.

E o prolongamento provável da guerra, associado a um endurecimento das sanções económicas do Ocidente sobre a Rússia, levará seguramente a um agravamento da crise económica com reflexos diretos sobre o emprego e o crescimento. Os sectores mais dependentes da energia (cerâmica e vidro, moldes, têxtil, metalomecânica) e das matérias-primas (construção e alimentar em primeira linha) são os sectores que se afiguram como mais vulneráveis e que correm mais riscos de falência.

A conjugação destes fatores pode mesmo levar a um cenário extremos de estagflação, o que pode comprometer o crescimento económico e o poder de compra das famílias portuguesas nos próximos anos, a par de um aumento significativo das falências das empresas.

C) O QUE QUEREMOS

I) Plano de Emergência Nacional:

Face à preocupante situação económica e financeira do país, agravada pela crise decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia que se deteriora todos os dias, o País tem que tomar decisões urgentes para ajudar as famílias em dificuldades e as empresas que operam nos sectores mais penalizados pela atual crise.

É neste contexto de economia de guerra que é urgente um plano de emergência nacional com a inclusão de 10 medidas conjunturais imediatas para responder aos desafios desta crise:

1. Baixa significativa, extraordinária e temporária do ISP para os consumidores e para as empresas que permita uma estabilidade de preços na produção aos níveis do final do corrente ano;
2. Sensibilização da UE para reduções urgentes das taxas do IVA que permita:
 - a. Redução extraordinária e temporária do IVA sobre a energia e os combustíveis para os consumidores individuais e para os sectores mais afetados porque energeticamente mais dependentes;
 - b. Igual plano de emergência no agroalimentar com descida generalizada do IVA em toda a gama de produtos essenciais. Medida igualmente extraordinária e temporária vigente enquanto se mantiver a crise de fornecimento de matérias-primas;
3. Utilização destes estímulos compensatórios por recurso as verbas do PRR que deveriam ser, desde já, reforçadas;
4. Início para não mais de 60 dias do novo quadro plurianual – Portugal 2030, assinado recentemente, assegurando a sua retroactividade e mantendo numa primeira fase (para que não custe a sair) os eixos de incentivo às empresas e os programas operacionais regionais com o desenho conhecido do quadro comunitário anterior;

5. Aprovação do mecanismo de transição do quadro anterior para o quadro actual destinado as candidaturas que por razões objectivas tiveram que ser prorrogadas;
6. Avaliação da necessidade para alguns sectores de recurso às medidas de lay-off adoptadas durante a crise pandémica;
7. De igual forma para a abertura de novo período de prorrogação das moratórias, aos particulares e às empresas, a vigorar no prazo mínimo de 180 dias;
8. Elaboração com os parceiros sociais e em especial, as Associações dos Produtores, indústria agroalimentar e de distribuição de um plano de contingência para o sector alimentar que antecipe a carestia de fornecimento de produtos básicos e essenciais.
9. Sensibilização da UE para a necessária compra de componentes para a produção de alimentos para animais, de forma comum e centralizada, visando preparar a Europa para as alterações do mercado;
10. Sensibilização da UE para a flexibilização das regras referentes aos deficits excessivos, permitindo a Portugal maior liberdade para apoiar as famílias e as empresas em maiores dificuldades;

II) Plano de Médio Prazo:

Numa perspetiva de médio prazo, o País precisa de um conjunto de reformas estruturais em matéria de políticas económicas e fiscais de apoio e incentivo ao crescimento, ao investimento e às exportações. Medidas que façam mexer os ponteiros da competitividade e que promovam a geração de riqueza e de prosperidade em níveis nunca antes alcançados em democracia.

Com as contas públicas certas como pressuposto essencial, o que implica necessariamente a redução da despesa pública, a reforma da administração pública e a transformação digital do Estado com vista à otimização dos processos e aumento da eficiência, o País tem que apostar na redução significativa da dívida pública, mas simultaneamente em políticas fiscais amigas das famílias e das empresas. No IRS, promovendo a redução das taxas para todas as famílias, principalmente para as famílias com filhos, e incentivando o trabalho, o mérito, o esforço, a poupança e a criação de emprego. No IRC, retomando a reforma de 2014 com o objetivo de reduzir a taxa a pagar pelas empresas para 17%, como forma de reforçar o investimento, as exportações e a nossa balança externa. Para além da redução de taxas, o sistema fiscal precisa de ser mais simples, mais previsível, mais eficiente e mais amigo dos contribuintes.

Para responder ao provável cenário de estagflação, será fundamental a revisão do PRR que se encontra já desajustado e desatualizado, procurando dedicar mais recursos à iniciativa privada e corrigindo o desequilíbrio atualmente existente quando comparado com os recursos a afetar ao Estado. Esta revisão do PRR deverá ter como foco principal o reforço e aumento da produtividade da economia portuguesa, cujos baixos níveis representam uma das principais debilidades ao crescimento económico.

Por outro lado, é fundamental apoiar o reforço do nosso tecido empresarial, designadamente PMEs, através de medidas (fiscais e não fiscais) de apoio à capitalização das empresas através do reforço de capitais próprios, da reestruturação empresarial, ou, ainda, através de fusões entre empresas. Como também é relevante reforçar a flexibilidade e mobilidade laboral, designadamente na fixação de horários e no banco de

horas, acompanhadas da formação profissional direcionada e continuada ao longo da vida profissional.

Finalmente, para poder crescer sustentadamente no futuro, para além do reforço da competitividade fiscal e da flexibilização laboral, Portugal precisa de se focar no aumento das exportações através da aposta em novos fatores de diferenciação da economia portuguesa, designadamente através do crescimento assente nas capacidades dos portugueses e na abertura ao investimento (nacional e estrangeiro), designadamente na:

- Economia tradicional: turismo, agricultura, economia do mar, clusters industriais, serviços (para exportação), soluções de tecnologia (inovação, investigação)
- Promoção de Redes de parcerias.
- Promoção de Start-ups e nova economia.
- Promover a atração de investimento estrangeiro em condições muito mais céleres e eficazes

Com um crescimento económico mais sustentado, Portugal terá condições para manter as futuras gerações residentes em Portugal, com boas perspetivas de vida e valorização. E terá também condições retirar do salário mínimo nacional um número significativo de famílias, aumentando o respetivo poder de compra e as suas opções de futuro

3. JUSTIÇA

A) ENQUADRAMENTO

Não há sociedade democrática saudável sem um sistema de justiça que garanta eficazmente e em tempo útil os direitos dos particulares, a segurança das transações, o Estado de Direito e a certeza jurídica na interpretação e aplicação das leis.

De uma Justiça capaz, célere, boa interprete das leis nas decisões, cega nos propósitos, depende a existência de um Estado de direito democrático digno desse nome. As implicações da boa administração da Justiça transcendem em muito a natureza estrita de conflitos dirimidos em concreto.

As suas consequências encontram-se na coesão e na paz social, no dinamismo da economia, no respeito de boas regras e práticas na administração pública, no respeito pela lei e pela Constituição no exercício da acção política. É à justiça que compete apurar sancionar desvios. E é da sua eficácia que os povos dependem para se afirmarem em graus superiores de civilização.

B) O QUE TEMOS

A Justiça portuguesa está desde há anos num estado crítico: tribunais inundados de processos, atulhados em papéis inúteis e enredados numa trama de burocracias sem sentido; atrasos imensos em processos de grande importância para a sociedade e para os cidadãos que a compõem, ; convicção (verdadeira ou falsa) de que a justiça não é totalmente independente, isenta de pressões ilegítimas e impermeável a interesses alheios à sua missão; sentimento (fundado ou não) de que a justiça não trata todos os cidadãos por igual e de que quem tem meios financeiros ou de influência social pode, mais facilmente, escapar à aplicação da lei; uma justiça opaca, marcada por polémicas incompreensíveis entre procuradores, advogados, juízes e juízes de instrução; prisões que não cumprem a sua missão de punir, prevenir e recuperar e que no plano das custas judiciais continua com bases de elevado valor gerando-se um sistema para os mais ricos ou para os mais pobres do mais pobres.

Não, então, admira que a imagem da justiça e a confiança que os cidadãos nela depositam estejam em crise profunda.

Urge pôr termo a este estado de coisas, adotando as melhores práticas internacionais, em particular na União Europeia, e assegurando que os cidadãos se sentem protegidos nas suas vidas privadas e em sociedade.

Um partido de centro-direita, humanista, personalista e democrata-cristã, aberto a correntes liberais e conservadoras como é o CDS, que põe o Homem e a Mulher no centro das suas preocupações, não pode escusar-se a dar um contributo fundamental para a reforma urgente da Justiça em Portugal. Esta mais do que Pactos necessita de uma intervenção legislativa certa, rigorosa e eficaz.

C) O QUE QUEREMOS

1. Uma Justiça independente, eficiente, célere e moderna, orientada para a proteção dos direitos dos cidadãos, a eficiência da economia e o reforço do Estado-de-Direito.

2. Reformar, modernizar, abrir e descompartmentar um modelo comum de formação e preparação dos juristas para o exercício de qualquer profissão jurídica regulamentada: juízes, procuradores, advogados, notários, conservadores e solicitadores. Para este efeito deve-se assumir como modelo preferido: o alemão. Basicamente, o sistema alemão assenta num tronco comum de preparação para todos, com estágios em tribunais, escritórios de advogados, departamentos jurídicos do Estado ou de empresas, e em várias instituições. Só depois desta fase tem lugar o 2.º exame de Estado. Só os candidatos com classificação académica e pré-profissional superior a certo limiar têm acesso à magistratura, como deveria acontecer em Portugal com o acesso à advocacia e a necessidade de obter o grau de Mestre.

3. Desburocratizar os tribunais com a aplicação de uma ideia de prevalência da substância sobre a forma, eliminando formalidades necessárias. Em cada tipo de contencioso tem de se encontrar tratamentos adequados, proporcionados e céleres. Deste modo e em especial quanto à jurisdição administrativa e fiscal é muito importante repensar a sua organização e modo de funcionamento, sublinhando-se a necessidade de incentivar a aplicação de modos alternativos de litígios, desde logo promovendo a aplicação mais generalizada da arbitragem. Uma justiça que demora mais de uma década a decidir não é justiça.

4. Promover a especialização dos juízes - e não apenas dos tribunais -, principalmente nas áreas de contencioso económico e técnico em transformação acelerada: digital, concorrência e regulação, contratação pública, energia, ambiente, questões financeiras, criminalidade internacional, crimes de colarinho branco e criminalidade violenta, mobilidade internacional (incluindo refugiados), direitos fundamentais, bioética, fiscalidade, família e menores

5. Reformar urgentemente a política de megaprocessos, privilegiando a justiça material e a celeridade dos julgamentos. Determinação de modelos legislativos eficazes quanto à matéria da corrupção.

6. Abrir dos tribunais à sociedade, num triplo sentido: (i) sensibilidade do juízes e procuradores aos problemas das sociedades modernas em evolução, com a possibilidade em concreto de estabelecer um regime em que o juiz da comarca durante 2 ou 3 dias por semana percorra as delegações dos tribunais, realizando audiências.; (ii) política de comunicação e informações dos tribunais e acesso fácil às decisões de justiça, (iii) garantir-se uma Justiça menos onerosa e mais acessível a todos, com a revisão do regime das custas processuais e do regime de acesso ao Direito e aos tribunais, pois, em conjunto, garantem o acesso ao Direito por parte de todos os cidadãos..

7. Reformar os órgãos de regulação e disciplina dos diferentes corpos da magistratura, assegurando uma representação equilibrada de cada corpo e da sociedade civil, evitando quer a politização quer a corporativização. Nesse sentido, deve ser ponderada em sede de revisão constitucional, a criação de um único Conselho Superior do Poder Judicial, com reforço dos poderes de nomeação por parte do Presidente da República.

8. Apetrechar os tribunais com assessores e técnicos especializados, mas mais diferentes áreas do conhecimento que sejam necessárias para decisões preparadas, céleres e rigorosas.

9. Promover procedimentos expeditos e uma organização judicial, que preservem a eficácia da justiça penal e económica e acautelem o efeito útil das decisões finais.

10. Acautelar a rápida, eficiente e segura execução das sentenças, sobretudo nos Tribunais que necessitam para o efeito de uma determinada intervenção por parte da Administração.

11. Aperfeiçoar a formação teórica e prática dos magistrados e advogados em Direito da União Europeia, tendo em conta que este se tornou de aplicação quotidiana na ordem jurídica interna e é fonte de direitos para os particulares, que os tribunais têm a obrigação de acautelar.

12. Cada um destes tópicos será desenvolvido e operacionalizado programaticamente, incluindo os custos suplementares que acarreta e respetivo financiamento e a forma final do Programa a executar será alvo de discussão com todos os agentes da justiça, com abertura à consulta e participação da sociedade, tendo em vista um consenso tão alargado quanto possível.

4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

A) ENQUADRAMENTO

Uma sociedade desenvolvida, socialmente justa e equilibrada exige que a segurança de pessoas e bens seja uma prioridade. O paradigma do CDS em matéria de segurança sempre se baseou num pressuposto: um Estado forte deve ter uma política de segurança firme que não tenha hesitações em responsabilizar quem comete crimes, proteger quem os combate e cuidar de quem deles é vítima.

Por isso, a nossa visão foi sempre clara nesta área: defender a autoridade do Estado rejeitando todos os extremismos, tanto aqueles que procuram criar uma realidade alternativa de um país que, apesar de tudo, ainda é um dos mais seguros países do mundo, mas também, porque não menos perigoso, rejeitar o extremismo em sentido oposto daqueles que a cada crime procuram desvalorizar a vítima, menosprezar o trabalho das forças e serviços de segurança e desresponsabilizar os criminosos.

B) O QUE TEMOS

A banalização da violência e da falta de autoridade em certas áreas do país, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Setúbal, foi um erro para o qual alertámos a tempo e que continua por resolver. Não acreditamos numa democracia plena em que há territórios no país onde só a polícia entra ou onde não se pode circular em segurança a partir de determinadas horas. O Estado de Direito Democrático só é pleno se os direitos, liberdades e garantias forem exercidos por todos e no todo do território nacional.

O nosso sistema de Segurança é demasiado disperso, de frágil coordenação e, conseqüentemente, por vezes, de ineficaz acção.

De sublinhar o erro colossal, mais um, que os socialistas se preparam para executar na política de segurança – a extinção do SEF, serviço altamente especializado, reconhecido internacionalmente e composto por profissionais briosos e competentes que não se podem confundir com atos bárbaros e criminosos que terão sido cometidos por uma inexpressiva minoria, que deve ser exemplarmente punida.

Num contexto de grave incerteza na segurança externa, enorme pressão dentro da União Europeia e na sua fronteira externa, e de uma política de vizinhança de enorme risco, extinguir os serviços que exemplarmente serviram o país durante décadas é um erro trágico, quer do ponto de vista simbólico quer do ponto de vista operacional, que o CDS combaterá firmemente.

Temos como certo que o reforço da segurança pressupõe também o reforço das conseqüências da prática do crime. A ideia, por vezes correta, de que o crime compensa e que enquanto os polícias trabalham os criminosos são libertados é perversa e mina por dentro os alicerces do Estado de Direito Democrático.

É essencial que se elimine esta percepção, perigosa até por muitas vezes corresponder á realidade, e de uma vez por todas alterar as lei penais e processuais penais que reduzam ao mínimo, especialmente nos casos de flagrante delito, o tempo que

decorre entre a detenção, a condenação e o cumprimento da pena que, para os crimes mais graves, deve ser efetivo por regra e não exceção como sucede atualmente.

C) O QUE QUEREMOS

1. Em matéria de autoridade, defendemos que se assumam os compromissos necessários e focados, que garantam o necessário reforço e pacificação das forças e serviços de segurança, que sofreram tanto descrédito, desresponsabilização e desmotivação, ao longo dos últimos anos.

2. Propomos um modelo de tutela tendencialmente única, concentrada num ministério forte e com poderes reforçados. Este modelo, que existe noutros países, não se confunde com o sistema de polícia única, que não defendemos, e pretende otimizar numa coordenação e tutela fortes as virtualidades da especialização entre as diversas forças e serviços de segurança.

3. Mantendo o atual sistema dual das forças de segurança e a especialização de outros serviços de segurança, queremos um Ministério da Administração Interna capaz de congregar a tutela de todas as forças e serviços de segurança, à exceção da Polícia Judiciária pela sua especialização, particulares funções e estatuto e que se manterá no Ministério da Justiça;

4. Pretendemos um reforço do papel de supervisão da política penal, processual penal, de execução e cumprimento de penas e do sistema prisional pelo Ministério da Administração Interna e reforçará o estatutos, as competências e atribuições dos órgãos de coordenação existentes, como o Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna que deve reforçar as sua competências operacionais e centralizar as competências não operacionais das diversas forças e serviços de segurança, otimizando recursos e libertando efetivos para a função operacional.

5. Reafirmamos o nosso compromisso de reforço do policiamento de proximidade, dissuasor e protetor, e a necessidade de consagrar mecanismos anuais na Lei de Programação das Forças e Serviços de Segurança, de rejuvenescimento e reforço do quadro operacional das nossas forças e serviços de segurança, eliminando duplicações, tarefas meramente administrativas, que podem ser exercidas por elementos não policiais, e o reforço efetivo do número de elementos das forças e serviços de segurança. Neste quadro, daremos uma particular atenção ao reforço de meios da investigação criminal, sobretudo na área forense das perícias na Polícia Judiciária.

6. Propomos que seja repensado todo o modelo de cumprimento e execução de penas, das saídas precárias e liberdade condicional, mudando o paradigma, excessivamente centrada na ressocialização que, sendo, importante não pode menosprezar, como tantas vezes sucede, os direitos da vítima e a prevenção geral e especial, enquanto fim do cumprimento da pena.

7. Na área da proteção civil importa consolidar as alterações feitas nos últimos anos. É fundamental estabilizar o sistema de operações e o papel dos diferentes agentes. No desenvolvimento dessas alterações deve melhorar-se a organização territorial e a afectação de meios. Para concretizar tais objectivos devem ser consideradas a reintrodução da organização por zonas territoriais e a tipificação dos meios necessário por zona, bem como, a sua afectação aos diferentes corpos de bombeiros.

8. Ainda no domínio dos bombeiros, urge fazer a prevista revisão da lei de financiamento para a readequar à realidade actual. Por outro lado, a articulação entre o voluntariado e a profissionalização de respostas deve ter como prioridades os incentivos sociais para captação e manutenção de voluntários e o desenvolvimento de uma profissionalização de equipas de combate a incêndios, em termos semelhantes ao regime das Equipas de Intervenção Permanente (EIP).

5. SEGURANÇA SOCIAL

A) ENQUADRAMENTO

O CDS tem na sua origem um forte pendor social que sempre manifestou de forma humanista e é para nós dimensão prioritária. Defendemos um sentido comunitário que permita entender a vida económica, em que esta, ao serviço do Homem, permita a solidariedade no progresso social e ao Estado olhar ao mais desprotegido.

O CDS-PP sempre entendeu que o terceiro sector, o sector da Economia Social, é um parceiro importante e indispensável.

O Modelo Social Europeu que conhecemos e do qual nos orgulhamos, que temos como uma conquista civilizacional, e que tem resistido a tempos de crise, tem na economia social, e nas entidades que a compõem, um dos seus pilares mais sólidos.

A economia social é um sector da sociedade que proporciona aos cidadãos diversas respostas, que vão desde a infância até à terceira idade. Em muitos locais mais remotos do país são mesmo a única resposta social que existe, sendo fulcral para garantir a coesão territorial. Sempre que o CDS teve responsabilidades governativas percebeu que era indispensável apostar e apoiar estas entidades, tendo as mesmas visto o seu papel reforçado e reconhecido de forma mais intensa.

A cooperação entre o Estado e o terceiro sector é, atualmente, fundamental e indispensável para garantir uma cobertura social permanente em todo o território nacional, assentando num contrato de compromisso que implica a definição de uma comparticipação financeira pela utilização dos serviços que as IPSS prestam às populações. A articulação entre as Instituições de Solidariedade Social (IPSS, Misericórdias, Mutualidades e Cooperativas) e o Estado, no que à acção social diz respeito, não é uma relação de complementaridade, mas de parceria e cooperação. Esta foi sempre a nossa atitude perante este sector.

As alterações demográficas e económicas nas últimas décadas trouxeram mudanças significativas nas necessidades das populações: à medida que a esperança de vida aumenta, também aumenta, por exemplo, a necessidade de encontramos novas formas de cuidar dos mais velhos; à medida que as mulheres entraram no mercado de trabalho, o cuidado das crianças emergiu como uma área de intervenção prioritária; à medida que a Europa atraiu mais e mais pessoas de outras partes do mundo, a integração económica e social dos migrantes tem requerido atenção e novos instrumentos de política; todo o xadrez geopolítico internacional obriga a uma atenção redobrada a novas comunidades e

formas de integração destas, e à medida que a economia se tornou mais baseada no conhecimento, os sistemas de educação necessitaram de se diversificar e melhorar. Não há dúvida de que os parceiros da economia social desempenham um papel importante no desenvolvimento de um modelo socioeconómico inclusivo, inteligente e sustentável, baseado na divisão de papéis e de responsabilidades entre o mercado, o Estado, o terceiro sector e as pessoas. Os empreendedores sociais e as organizações da economia social e solidária contribuem para o aumento e para a diversificação do apoio e de serviços às famílias e às pessoas. Pelo princípio de subsidiariedade que as rege, estas organizações conseguem identificar as necessidades emergentes e desenvolver respostas apropriadas. O potencial de inovação e de empreendedorismo social de que muitas organizações da economia social se revelam portadoras são cruciais para fazer face aos novos desafios da coesão social e do emprego.

A condição de sucesso do desenvolvimento local prende-se com a articulação entre desenvolvimento económico, social e cultural, numa lógica transversal, assente numa visão integrada e integradora das diferentes forças e sectores presentes. Para tal, a contratualização de respostas sociais mais adequadas às necessidades de cada comunidade, de programas de desenvolvimento local e social, deverá dar maior capacidade às comunidades e maior apoio às famílias de forma mais célere e próxima. Esta contratualização deverá permitir a promoção da inclusão social dos cidadãos através de ações que contribuam para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, e da exclusão social, cumprindo os desígnios da Agenda 2030, no que respeita aos Objectivos para um Desenvolvimento Sustentável: Erradicação da Pobreza e da Fome, Redução das Desigualdades e Trabalho Digno e Crescimento Económico.

B) O QUE TEMOS

Hoje em dia, existe uma multiplicação de respostas sociais numa mesma área que têm os mesmos fins e se destinam aos mesmos recetores. Assegurar a coordenação eficiente de todos os recursos é um dos princípios essenciais de uma boa gestão territorial. A prioridade deve, obrigatoriamente, passar pelo incitamento para uma incorporação e partilha de recursos, pela capacitação e maior profissionalismo das instituições, pela promoção e abertura a outras fontes de financiamento que tragam maior autonomia, tendo como preocupação a necessária sustentabilidade das instituições e a contenção de novas estruturas. A aposta de futuro deverá ser cada vez mais em respostas sociais domiciliadas, com qualificação de recursos humanos em equipas multidisciplinares. Defendemos que o modelo seja modificado e que se valorize as entidades que desenvolvem o seu trabalho em parceria com a partilha de meios, considerando sempre as características das economias de escala.

A par disto, Portugal tem uma política de intervenção social, para além de dispersa, concentrada na criação de regras nacionais e de uma supervisão centralizada em órgãos estatais da administração pública central. Sem descurar o papel tradicional do Estado central é preciso uma maior proximidade, uma supervisão e uma definição clara destas múltiplas intervenções que se multiplicam em cada território. Nessa medida, entende-se que a intervenção social pode ser estruturada numa lógica de gestão local, criando condições para a efectiva institucionalização de práticas de gestão descentralizada fundadas na cooperação público/privado, contrariando a situação atual de Estado burocrático. Este tema é particularmente importante num momento em que se assiste à transferência de competências para as Câmaras, sem a necessária dotação orçamental,

sem aprofundamento técnico e que duplica estruturas que poderiam ser harmonizadas numa resposta eficiente e eficaz.

Nestes termos, um paradigma moderno de apoio deve ter em consideração as famílias mais carenciadas, as periferias e as zonas mais deprimidas, deve considerar as características e os objetivos dos territórios, num modelo de governação mais integrado, em que as competências delegadas nas diferentes áreas devem ser bem avaliadas. A diferenciação do financiamento é por isso um tema essencial nesta reflexão e num modelo futuro que venha a ser desenhado.

Outra das grandes ausências da discussão política em Portugal é a análise da problemática da baixa taxa de natalidade e a total inexistência de soluções novas para futuro.

A queda da natalidade é hoje reconhecidamente um dos mais graves problemas não só europeu, mas sobretudo nacional. Os portugueses respondem sistematicamente que gostariam de ter filhos ou mais filhos, mas sentem que não têm condições para tal. Proporcionar condições que permitam inverter esta natalidade é indispensável.

É um desígnio do qual depende o equilíbrio social, a energia para construir um futuro coletivo, a continuidade enquanto comunidade histórica, a vitalidade económica e a solidez financeira do próprio Estado social.

A temática da baixa taxa de natalidade tem sido, desde o início, uma das grandes preocupações do CDS-PP. Apresentamos dezenas de iniciativas que procuraram, de uma forma abrangente e concertada, mudar as políticas com o intuito de enfrentar de forma multidisciplinar este problema e apresentar soluções, mas, infelizmente, toda a esquerda rejeitou as nossas propostas.

Infelizmente, o tempo e entidades internacionais e europeias deram-nos razão. Os dados mais recentes do Ageing Report da Comissão Europeia (2019-2070) relativos a Portugal devem ser vistos com particular atenção.

Olhando para o prazo de 2070, a esperança média de vida feminina à nascença deve subir até os 90.4 anos (o que é uma boa notícia), mas Portugal vai perder mais de 1,5 Milhões de habitantes (o que é uma péssima notícia).

Vamos ser menos e mais velhos – Mais de 30% dos portugueses vão ser idosos, dos quais metade (cerca de 15% do total da população) terá mais de 80 anos. Aliás, a população portuguesa com mais de 80 anos vai corresponder a 30% da população activa.

Facilmente se percebe as dificuldades demográficas, sociais, económicas e políticas que este cenário nos coloca.

A taxa de substituição das pensões (a diferença entre o valor do último salário e da 1ª pensão) vai cair dos actuais 74% para cerca de 40%.

Num país com um salário médio muito baixo (1.361€ em 2021), com taxas de poupança diminutas, isto vai gerar um cenário de pensões muito baixas e um problema futuro de pobreza nos mais idosos, muitas vezes uma pobreza envergonhada, esquecida, pouco apoiada.

Este quadro tem de ser um convite à acção e não à resignação. E o tempo de agir é agora.

Certamente que teremos de olhar para o modelo e para a sustentabilidade da Segurança Social; que teremos de abordar o tema da quebra da natalidade e do inverno demográfico que estamos a viver (voltámos a ter o ano com menos nascimentos de sempre); que teremos de adoptar políticas públicas para estimular a produtividade – (Com mais riqueza vamos conseguir mais financiamento para os sistemas sociais e solidários)

Esta realidade exige que se tomem medidas concretas que vão ao encontro das necessidades das famílias, nesse sentido, e com a coerência e constância que caracterizam a atuação do CDS-PP, voltamos a apresentar algumas dessas medidas.

C) O QUE QUEREMOS

A sustentabilidade da segurança social a médio e longo prazo tem de ser uma prioridade máxima não só dos agentes políticos, mas também dos agentes económicos. Nada de rigoroso e sério se consegue neste campo se não for precedido de um exigente debate com todos os parceiros sociais.

Não podemos continuar a adiar este debate, nem podemos continuar a tomar medidas anuais sem uma visão integrada de futuro, a qual resulte de uma profunda análise de todas as hipóteses que estão, ou podem estar, para a sustentabilidade da segurança social, e, conseqüentemente, para o pagamento futuro das pensões.

No sistema português existem atualmente diferentes pilares para pagamento de pensões: um sistema previdencial público de repartição, um sistema complementar que compreende um regime público de capitalização e um regime de iniciativa coletiva e individual.

No pilar de repartição, de um modo geral, as contribuições dos trabalhadores no ativo destinam-se a financiar as pensões existentes nesse momento. Estas contribuições provenientes dos trabalhadores no ativo não se acumulam num fundo pessoal, são sim usadas para financiar as pensões da atualidade através do sistema de Segurança Social.

Por seu turno, no pilar de capitalização previsto na Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007), cada indivíduo contribuinte acumula para si mesmo, pelo que neste caso as prestações têm uma relação direta com as contribuições que se foram fazendo ao longo da vida ativa, e também com a evolução financeira e temporal das mesmas (como e quando foram feitas).

Num sistema deste género existe um fundo em que se guardam as contribuições de cada pessoa a nível individual, para que estas se transformem em prestações futuras. Vários países introduziram reformas que incluem medidas de fomento e de apoio ao sistema de capitalização.

Portugal já dispõe de um Regime Público de Capitalização (criado pelo Decreto-Lei nº 26/2008). É um regime complementar da Segurança Social que funciona como uma poupança para reforçar a pensão quando o trabalhador se reformar, mas é pouco conhecido da generalidade dos trabalhadores, e não tem as potencialidades que poderia ter.

É nosso entendimento que deve ser dada mais informação aos portugueses para que possam agir em conformidade e gerir o seu futuro, aforrando neste pilar de capitalização um suplemento de reforma, se o entenderem, e que o primeiro passo deve ser dado em

sede de concertação social, através do início de um debate sobre a reforma da segurança social e do aprofundamento do sistema público de capitalização.

Queremos criar a possibilidade para aqueles que não recorreram às eventualidades de desemprego ou doença ao longo da sua vida de trabalho, poderem aceder à sua pensão antecipada sem penalização. Isto, é uma bonificação temporal no acesso à pensão para aqueles que tenham recorrido em menor intensidade às eventualidades referidas, introduzindo um princípio de justiça para aqueles que não usufruindo descontaram durante a sua vida activa.

No espaço de uma década, Portugal vai receber, entre o anterior quadro comunitário (PT 2020) que ainda está a ser aplicado; o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário (PT 2030) qualquer coisa como 58 mil milhões de Euros.

Deste investimento tem de resultar reformas estruturais, que nos permitam encarar os enormes desafios que temos pela frente.

Um dos pontos essenciais de investimento passa pela transformação digital da esfera do Estado, harmonizando sistemas, tornando-os interoperáveis, e recolhendo dados que permitirão uma resposta social e de saúde de futuro, mais eficiente e eficaz, customizada à necessidade de cada cidadão, capaz de atrair investimento estrangeiro e mão-de-obra qualificada para o país.

É essencial usarmos bem estas verbas, de forma a transformarmos o nosso quadro de competências e garantirmos a sustentabilidade das nossas respostas sociais.

Mas que respostas que temos de reformar, ou mesmo criar de novo?

A questão demográfica tem de ser vista em duas dimensões: Respostas a dar ao envelhecimento da população e como inverter a redução da natalidade.

A. A questão do envelhecimento.

Olhar para três áreas:

- uma Nova Geração de Apoio Domiciliário;
- Planificar Cidades Amigas do Envelhecimento;
- Projetar o Lar do Futuro.

Para estas três dimensões será essencial garantir a ligação das respostas sociais à área da saúde e da educação, quebrando ciclos de pobreza e agindo sobre as determinantes sociais da saúde.

Muitas vezes estas tutelas ministeriais têm culturas e paradigmas próprios. O Ministério da Solidariedade tem uma experiência de contratualização com o sector social que é um caso de sucesso à escala europeia.

E quando olhamos para os orçamentos dos dois ministérios em conjunto, em valores de 2021, representam qualquer coisa como 42,5 Mil milhões de Euros, quase metade da despesa total do Estado.

É essencial que estes Ministérios possam ter estratégias orçamentais em comum e hajam de forma articulada para maior impacto, sustentabilidade e melhores resultados. Se uma cama de cuidados continuados de longa duração significar menos despesa nas

camas de agudos do SNS, então faz sentido que esse custo seja compensado, por exemplo alocando tecnologia ao domicílio que evite futuras hospitalizações ou institucionalização precoce.

O grande passo que temos de dar, relativamente à protecção dos nossos idosos é justamente o de garantir esta ligação das estruturas de saúde aos idosos que estão a ser acompanhados em respostas sociais.

E isto é verdade não só para um novo modelo de Serviço de Apoio Domiciliário, em que além dos serviços “tradicionais” de alimentação e higiene pessoal e da casa é preciso integrar serviços de saúde, de acompanhamento e de combate à solidão; mas também para um novo modelo de respostas para pessoas idosas – o lar do futuro- em que a resposta de saúde e social têm de ser integradas com as novas possibilidades que a tecnologia, os dados e a inovação em saúde hoje têm para nos oferecer e, com isso, melhorar tremendamente a qualidade de vida dos nossos mais idosos.

E é preciso este investimento de proximidade e é preciso que este investimento inclua e envolva as instituições sociais.

E o mesmo se diga relativamente ao desenho dos nossos bairros, vilas e cidades.

Uma cidade amiga do envelhecimento é aquela em que os edifícios e espaços exteriores; os transportes e a mobilidade; a habitação e a participação social são desenhadas e pensadas numa lógica de promoção da intergeracionalidade, de respeito e inclusão dos mais idosos, apelando à sua participação cívica e garantindo o seu empoderamento, garantindo um apoio às comunidades e um serviço de proximidade.

B. Inverter a quebra da Natalidade

Uma das medidas que mais impacto direto tem no dinheiro disponível das famílias é o aumento do Abono de Família, o qual encontra-se dividido em cinco escalões. O anterior Governo PS, eliminou a atribuição do Abono de Família a quem se encontrasse no 4.º e 5.º escalão desta prestação. Atualmente, pais com crianças até aos 72 meses, cujos rendimentos de referência do agregado familiar se encontrem entre 1,5 IAS (6664,8€) até 2,5 IAS (1108€), têm direito a receber o abono de família, mas após os seis anos de idade deixam de poder usufruir desta prestação. O CDS-PP entende que esta diferenciação do pagamento do Abono da Família ao 4.º escalão em função de ter menos de seis anos não se justifica e, nesse sentido, propomos que, tal como acontece nos 1.º, 2.º e 3.º escalão, o Abono de Família seja pago para além dos 6 anos.

A eliminação do Quociente Familiar é considerada pelo Governo como uma medida de “*introdução de maior justiça fiscal*”. Para o CDS-PP é o contrário, não só introduz maior desigualdade fiscal, conforme consta no Relatório, como dá um sinal negativo nas políticas de natalidade, pois é mais benefício para as famílias do que a dedução fixa. Mas não é só o CDS-PP que defende esta medida, pois a mesma resultou da Comissão de Reforma do IRS, presidida pelo Professor Doutor Rui Morais, e constituída por mais 10 reputados fiscalistas, que teve como um dos principais objetivos a protecção da família.

Neste sentido, o CDS-PP defende vigorosamente a reintrodução do Quociente Familiar.

Mas a baixa da natalidade não pode ser só combatida por apoios financeiros diretos, como o abono de família. Um dos grandes motivos da baixa da natalidade é a dificuldade em conciliação da vida profissional com a vida familiar, pois os novos ritmos da sociedade, muitas vezes são uma causa dessa dificuldade, e, apesar do PNR reconhecer a importância da conciliação da vida familiar com a vida profissional, não apresenta uma

única medida concreta para a prossecução deste objetivo, apenas refere que *"continuaram, igualmente, a implementar-se medidas de conciliação entre vida profissional e familiar"*, sem referir igualmente que medidas continuarão a ser desenvolvidas, muito provavelmente porque até o Governo tem dificuldade em encontrar uma medida concreta que cumpra este objetivo. Propõe-se o incentivo a empresas para criação de respostas de creches 24h/dia, que possibilitem às mães que trabalhem em turnos deixar os filhos em segurança.

Gostaríamos que o país avançasse com um Programa de incentivo à empregabilidade parcial de pais, que visa facilitar a conciliação familiar com as responsabilidades profissionais permitindo o trabalho a tempo parcial para que um pai ou uma mãe trabalhem apenas algumas horas, sendo o posto de trabalho compensado por complementado por outra medida, desta feita de envelhecimento activo, e que visa a criação de reforma a tempo parcial. De ponto de vista operacional funcionaria como uma baixa para assistência a filho mas a tempo parcial, compensada por alguém com experiência que continuará parcialmente ativa.

Ao longo do tempo, Portugal tem vindo a desenvolver algumas medidas e instituições políticas de apoio familiar. De entre estas, refira-se a título exemplificativo o estabelecimento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) e a sua integração na rede social disponível. Esta medida, porém, visa apenas as famílias em risco psicossocial, nomeadamente para crianças e jovens em situação de perigo. Sem prejuízo da relevância de medidas pontuais, não podemos deixar de reconhecer que todas as respostas a este nível têm sido insuficientes.

No nosso sistema de social, não existem respostas para quem, por exemplo, não estando integrado no âmbito do CAFAP, procure ajuda ou orientação para gerir dificuldades na educação dos seus filhos ou para lidar com outro tipo de situações de crise familiar. Ao contrário do que sucede com a gestão de outro tipo de crises, seja do âmbito da saúde, social ou profissional, se um qualquer cidadão pretender apoio para superação de momentos de crise ou tensão familiar, não encontra no apoio social qualquer resposta, salvo em casos extremos. Propõe-se a criação de um gestor familiar, coadjuvante da família em situações de crise e mediador para procura de várias soluções, evitando uma panóplia de técnicos a fazer acompanhamento a uma mesma família.

De igual modo, o CDS-PP entende que o Teletrabalho pode ser um mecanismo importante para a conciliação da vida profissional com a familiar. Importa, pois, que se regulamente o Teletrabalho consagrando de forma efectiva o que a lei prevê para que seja permitido ao trabalhador, com filho com idade até três anos, tenha direito a exercer a atividade em regime de teletrabalho, quando este seja compatível com a atividade desempenhada e a entidade patronal disponha de recursos e meios para o efeito.

Se não é razoável impor às mulheres que optem entre ter filhos ou trabalhar, não é menos verdade que sem empresas que valorizem a igualdade de género e a maternidade dificilmente alcançaremos uma alteração de padrão nesta matéria. Para o efeito, importa que as políticas públicas valorizem e encorajem práticas diferenciadas que aproximem os objetivos e os interesses das empresas, com os anseios das trabalhadoras e as necessidades do País.

Neste contexto, o CDS-PP entende que importa articular políticas, como as dos incentivos à criação de emprego, com aquelas que se enquadram na valorização da igualdade do género e da natalidade. Importa também que, mais do que regulamentar excessivamente o mercado do trabalho, se opte por criar incentivos a práticas positivas, encorajando quem as adote.

Uma das grandes carências que o nosso mercado de trabalho encontra é um plano de gestão de carreira, no qual, além de se criar uma sã passagem de conhecimentos intergeracionais, se ajude os trabalhadores mais velhos a melhor se integrarem nos nossos desafios no mundo atual.

Também se caracteriza como uma das falhas da nossa vida laboral uma cultura de preparar os trabalhadores, quer física, quer mentalmente para a passagem para a reforma ou aposentação.

No nosso entendimento, pensamos que o Governo deve abrir, em sede de concertação social, uma discussão séria e profunda para a criação de um Plano de Gestão de Carreira que preveja estas situações pois só com o envolvimento de todos os intervenientes se poderá conseguir obter os resultados pretendidos.

Assim, acreditamos que deve ser criado um Plano de gestão de Carreira em função da idade dos seus trabalhadores que inclua:

- Formação em novas qualificações e actualização de qualificações técnicas;
- Apoio na Gestão eficaz da carreira em função da idade;
- Integração dos mais velhos em equipas e projectos intergeracionais;
- Projectos de melhoria das condições de trabalho e sensibilização para a prevenção da saúde (física e mental);
- Envolvimento dos trabalhadores mais velhos em programas de tutoria/*mentoring* a estagiários e trabalhadores mais novos;
- Acções de sensibilização para o planeamento da reforma, incidindo, sobretudo, em cinco aspectos: saúde, educação financeira, participação social e uso do tempo.

6. DEFESA NACIONAL

A) ENQUADRAMENTO

Conforme consagra o Artigo 273.º da Constituição da República Portuguesa, "é obrigação do Estado assegurar a defesa nacional", especificando que "a defesa nacional tem por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas".

Neste sentido, consagra-se como uma área de soberania a qual o Estado não pode, nem deve menosprezar.

O CDS-PP sempre viu as Forças Armadas como uma instituição basilar que salvaguarda a soberania do país e a defesa da independência nacional, sendo o garante máximo da defesa nacional.

As Forças Armadas não só internamente desempenham honrosamente a sua missão como, quando são chamadas a participar em missões internacionais, são um contributo muito importante para o prestígio externo do nosso país e um dos nossos melhores embaixadores.

Internamente, a somar à execução da componente estritamente militar da defesa nacional, onde se destacam as missões e soberania, as Forças Armadas desempenham missões de apoio na prevenção e combate a incêndios florestais ou de apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens, de onde se deve destacar o papel exemplar que desempenharam no combate à COVID-19.

Das centenas de iniciativas de interesse público e de "duplo-uso" no apoio à população, às autoridades de saúde e às instituições de cariz social, ao desenvolvimento de novas respostas de proteção contra o coronavírus, à produção crescente de dispositivos e produtos que asseguram o reforço da segurança, à participação no esforço coletivo de despiste da doença, foram múltiplas as atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas e que foram indispensáveis para a menorização do impacto do vírus.

Externamente, sendo Portugal membro fundador da NATO, e constituindo esta a nossa principal aliança em termos de Defesa, as nossas Forças Armadas integram a sua estrutura e as suas missões, onde se destacam pela sua qualidade e integração. Mas não é só no seio desta organização que as nossas Forças Armadas atuam. Portugal participa empenhadamente em várias missões e internacionais de apoio à paz no âmbito da ONU.

De igual forma também ao abrigo da EU, os militares portugueses contribuem de forma relevante para múltiplas missões, designadamente no Mediterrâneo, em África ou no Índico. Ainda de realçar a participação das nossas Forças Armadas em diversas missões bilaterais e multilaterais, onde se destacam as cooperações com os restantes países da CPLP.

Para o ano de 2022, o Estado-Maior General das Forças Armadas, na previsão realizada, estima que Portugal participe em 9 missões no âmbito da NATO com o envolvimento de 776 militares e 56 meios militares, participe em 7 missões no âmbito da EU com o envolvimento de 204 militares e 2 meios militares, participe em 3 missões no âmbito da ONU com o envolvimento de 239 militares e 72 viaturas militares. Acresce ainda as duas Forças em prontidão, uma no âmbito da NATO conta com 1738 militares e 215 meios militares e outra no âmbito da EU conta com 90 militares e 32 meios militares.

Neste sentido, como se percebe, Portugal, estando presente nestas organizações, está geograficamente no centro transatlântico.

B) O QUE TEMOS

Não obstante toda a relevância que Portugal desempenha a nível externo e a importância que as forças armadas desempenham a nível interno, os últimos Governos socialistas não têm sabido responder às necessidades, tendo criado algumas graves entropias.

Em termos internos, como grande problema que surge imediatamente à cabeça de todos os outros, está a falta de efetivos. Não existem Forças Armadas se não existirem militares. Sem homens e sem mulheres não existem instituições.

Se verificarmos os números relativos ao 4.º trimestre de 2021, constatamos que atualmente existem 26.130 militares, o que, não só revela uma inversão da curva crescente

que se verificou em 2020, como revela que o número de efetivos continuam muito longe não só dos 32 mil, que foi o compromisso assumido pelo atual Governo, mas também dos 30 mil, que é o número considerado como indispensável pelo atual Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Se compararmos com o último ano em que o CDS exerceu funções governativas, 2015, verificamos que o número de efetivos baixou de 29.178 para os atuais 26.130, ou seja, menos 3048 militares, o que significa uma redução de 10,4%

Diretamente associado a esta situação está o problema da falta de atratividade, que é mais complexo e, se o quisermos encarar com seriedade, de mais difícil resolução.

Se deveria ser um orgulho para a maior parte de os jovens ingressar nas Forças Armadas, devemos tentar perceber porque é que hoje a maior parte não se sente atraído.

Vários motivos podem ajudar a explicar este desinteresse, designadamente por poderem sentir que o Governo não os valorizou nem reconhece devidamente. Vários foram os casos que vieram a público de militares que abandoaram as Forças Armadas para trabalharem em cadeias de supermercados como repositores porque iam ganhar mais. Ou, ainda, de ex-militares que foram prejudicados após ingresso na função pública, pois o tempo de serviço militar não foi contabilizado para efeitos de progressão na carreira.

Se não existe apenas um motivo, existe uma visão de desvalorização das Forças Armadas protagonizadas pelos Governos socialistas que agravaram a falta de atratividade pela carreira militar e o baixo nível de recrutamento.

Urge, nesse sentido, rever o modelo de recrutamento, onde várias poderão ser as hipóteses.

As Forças Armadas são uma Escola de valores. Sentido de Pátria, hierarquia, serviço, dever, solidariedade, disponibilidade para lutar pelo regime democrático e defender a Constituição, são inculcados indistintamente num processo formativo que trata todos, por igual. Não raramente, a primeira instrução para aspectos assim determinantes, por défice no percurso familiar, ou até escolar, acontece precisamente nas Forças Armadas.

Em Portugal, o Serviço Militar Obrigatório terminou. Não obstante, são muitos os jovens que gostariam de poder beneficiar das bases de uma formação militar, correspondente ao tempo de recruta e que nuns casos poderia resultar numa decisão no sentido da opção pela vida como carreira, noutros não. Facto é que, actualmente, não possuem essa possibilidade. Defendemos a criação de um Serviço Militar Facultativo.

Noutro âmbito, protocolos a celebrar som a Forças Armadas, para efeitos de formação de jovens em regime de internamento, na sequência de decisões judiciais, seguramente ajudariam num processo de reinserção na comunidade de preparação para a vida.

Ambas as possibilidades, de um Serviço Militar Facultativo, com duração correspondente ao tempo de recruta, ou protocolado, como mencionado, são possibilidades a ter em conta, pelo benefício para os jovens, mas também para a sociedade, beneficiária do resultado.

Tenha-se em conta, contudo, Portugal apenas investe pouco mais de 1,5% do PIB em Defesa e parte desse investimento não é canalizada para o investimento, recrutamento ou modernização que urge fazer nas nossas Forças Armadas.

Também a EU tem ajustado a sua posição em matéria de Defesa. Em junho de 2017, foi criada a Cooperação Estruturada Permanente (CEP), com o objetivo de fortalecer a segurança e defesa da Europa. A CEP proporciona que os países, invistam em projetos conjuntos que deem resposta às carências da EU em matéria de Defesa. Portugal tem sido um membro ativo na CEP, e assim deve continuar, salvaguardo que não deverá caminhar para a criação de um Exército Europeu nem para a desvalorização da importância da NATO enquanto pilar indispensável e primordial da nossa segurança e defesa coletiva.

C) O QUE QUEREMOS

1. Honrar os compromissos internacionais assumidos, nomeadamente no que decorre da nossa participação na NATO, especificamente com o cumprimento da obrigação de investir 2% do PIB em matéria de Defesa, principalmente dirigido para a modernização de meios e equipamentos;
2. Aprofundar a Smart Defence, como forma de potenciar sinergias e a cooperação dos aliados, com o objetivo de racionalizar as capacidades militares;
3. Apostar na cooperação estratégica NATO-UE, designadamente na vertente Pooling and Sharing, com o intuito de desenvolver a colaboração em diversos programas, com um enfoque especial no domínio da Cibersegurança e da Ciberdefesa;
4. Continuar o desenvolvimento da CEP, nomeadamente nos projetos nos domínios da Formação e Treino; Desenvolvimento de Capacidades e Disponibilidade Operacional, sem que isso signifique uma duplicação desnecessária de estruturas ou do investimento e das capacidades, nem implique uma incompatibilização com os objetivos da NATO;
5. Intensificar o desenvolvimento da cooperação técnico-militar com os Países da CPLP;
6. Aumentar os níveis de recrutamento nas Forças Armadas, que garantam um mínimo de efetivos de 32 mil militares, nomeadamente, criando o serviço militar protocolado, de modo a permitir não só o aumento do número de efetivos militares, mas, também, ajudar a uma melhor reinserção na sociedade de cidadãos que estejam ao abrigo de programas de reinserção através da cultura e dos valores militares;
7. Neste sentido, a par do sistema de contratação vigente, criar um regime de Serviço Militar Facultativo, aberto a todos os jovens que, por vontade própria pretendam beneficiar, durante o tempo correspondente à recruta, de uma experiência de formação militar, porventura facilitadora da opção posterior no sentido de uma carreira militar.
8. Possibilitar a celebração de protocolos com as Forças Armadas, para formação de jovens em regime de internamento, beneficiários por esta vida de um conjunto de valores úteis e essenciais à respectiva reintegração na sociedade.
9. Valorizar os militares no ativo, designadamente com um aumento salarial condigno com a função de soberania que desempenham;
10. Apoiar o ingresso na vida profissional civil dos ex-militares que terminam o regime de contratos;
11. Defender os Antigos Combatentes, designadamente a possibilidade de acumulação dos apoios decorrentes dos períodos de prestação de serviço militar em condições especiais de dificuldade ou perigo, eliminada pelo Governo socialista em 2009

7. AGRICULTURA

A) ENQUADRAMENTO

A Agricultura ter vindo a perder, com os governos socialistas, apoiados pelos partidos de extrema-esquerda, a relevância política que é devida a um setor económico fundamental para o País, para a economia e para a sociedade.

Nos últimos anos assistimos a um completo “desmembramento” do Ministério da Agricultura, através da retirada de competências, nomeadamente na gestão das florestas, da água e do bem-estar animal.

Esta é uma posição completamente contrária ao que defende o CDS. O CDS defende um Ministério da Agricultura mais forte, e com mais competências, dotado de uma estrutura orgânica capaz de se bater, no seio do governo e das instituições comunitárias, pelos interesses da atividade agrícola e dos agricultores.

Relativamente à utilização dos fundos do PRR para apoiar a resiliência do setor, o CDS considera que é essencial corrigir as lacunas deste Plano no que diz respeito à Agricultura. O CDS considera que há margem para corrigir o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, apresentado à pressa pelo atual Governo a Bruxelas, e, sem ter tido em conta os preciosos contributos das Organizações do sector.

Num momento importante de resposta aos desafios das alterações climáticas, a água é, em Portugal, um fator de coesão social e territorial mais do que de competitividade, sendo urgente desenvolver e assegurar financiamento para um plano de armazenamento plurianual de água que garanta essa coesão e essa competitividade num futuro cada vez mais sujeito a imprevisibilidades climáticas.

Desburocratização e simplificação de procedimentos, mais apoio ao investimento, à modernização e ao rejuvenescimento da população agrícola, uma clara aposta no regadio e na defesa da qualidade de vida no mundo rural é aquilo que o CDS defende para o futuro do País.

B) O QUE TEMOS:

O setor agrícola português encontra-se numa situação de crise sem precedentes, o que requer uma intervenção imediata, determinada e lúcida por parte do governo Português.

Tempos excecionais requerem medidas excecionais e estas têm que ser tomadas rapidamente. Todos os dias que passam sem que sejam decididas medidas dedicadas à recuperação e resiliência do setor. São dias perdidos no combate à escassez de produção, à escalada de preços e à perda de competitividade, às falências e ao desemprego no setor.

A autonomia de abastecimento alimentar de Portugal pode estar em causa e, por isso, urge tomar medidas imediatas.

Após dois anos de pandemia, seguidos de profundas disrupções nas cadeias globais de abastecimento (que afetam, sobretudo, países periféricos, e Portugal não é

exceção nesse contexto), com os custos dos fatores de produção a aumentarem exponencialmente, com a energia, combustíveis, fertilizantes e as matérias primas a atingirem valores recorde, a que se junta agora uma seca extrema em mais de 90% do território nacional, que põe em causa grande parte da produção nacional – assim como a manutenção da produção pecuária.

A acrescer a estas condicionantes a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, um dos grandes exportadores de cereais para a Europa, com forte impacto para o setor agrícola nacional. Se esta situação actual não for encarada com lucidez e determinação, as consequências poderão ser catastróficas.

É este contexto adverso, imprevisível, mas que está a condicionar de forma determinante o funcionamento do setor e a lançar uma enorme nuvem de incerteza no que respeita à autonomia alimentar, que nós precisamos de medidas imediatas. Tanto por parte do estado Português como da União Europeia.

C) O QUE QUEREMOS

O CDS defende:

1. O planeamento de um projecto de auto-abastecimento alimentar para o país;
2. A elaboração de um verdadeiro plano de hidrológico para Portugal, com um estudo de base científica que avalie a possibilidade de condução de água dos territórios com maiores recursos aquíferos, a criação de estruturas de armazenamento de água e regulação de caudais, para fins agrícolas e de protecção civil;
3. Uma verdadeira aposta nas energias renováveis, solar e eólica, de forma a diminuir os custos de energia, criando um plano estratégico mais equilibrado entre a disponibilidade de venda para a rede pública e as necessidades requeridas pelos produtores;
4. Uma política de apoio às zonas rurais, para evitar e combater o êxodo rural, mantendo a verdadeira identidade do país, apoiando as tradições e cultura milenares;
5. A desburocratização do Ministério da Agricultura;
6. A promoção de um sector agroalimentar forte, competitivo no mercado global, capaz de contribuir para o equilíbrio da balança alimentar;
7. A valorização da floresta nacional e o aprofundamento da fiscalidade florestal, com mecanismos que favoreçam a poupança e o investimento para uma gestão profissional e á escala da paisagem, melhorando a produtividade e estimulando a certificação florestal;
8. Um modelo que permita que os proprietários rurais sejam remunerados pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, nomeadamente pelo sumidouro de carbono e salvaguarda da biodiversidade.
9. O fortalecimento e a internacionalização do sector Agroalimentar, numa estratégia concertada entre o Turismo de Portugal, a AICEP e as Associações ligadas à promoção internacional, para a abertura de mercados e estabelecer um plano de

promoção para estes novos mercados, nomeadamente na promoção da Marca Portugal no exterior;

10. O reforço da posição dos produtores na cadeia de valor, promovendo as organizações de produtores (OP's), agilizando os processos de reconhecimento, aumentando o teto de investimentos e a discriminação positiva nos projetos de investimento, para além de promover um quadro fiscal mais favorável às OP's;

11. O desenvolvimento de políticas de comercialização no mercado interno, assim como campanhas de informação devidamente esclarecedoras junto do consumidor, fortalecendo as cadeias de distribuição e comercialização, nomeadamente dos produtos agrícolas regionais de qualidade reconhecida (DOP, IGP ou outros), apostando nos circuitos curtos de comercialização e na discriminação positiva da pegada ecológica nas compras públicas;

12. O reforço do apoio ao Turismo em Espaço Rural e o incentivo direto aos agricultores e proprietários florestais, considerados como estratégicos, quer pelo trabalho de manutenção e preservação das paisagens rurais, quer no ordenamento e manutenção das áreas verdes (reduzindo-se as áreas expostas aos incêndios);

13. O recurso a novas formas de organização Inteligente e colaborativa, com suporte nas tecnologias digitais e na inovação social, reforçando o papel das áreas rurais na transição para uma sociedade mais verde, saudável e solidária – smart villages -, e no desenvolvimento de plataformas de conhecimento, formação e capacitação da população;

8. MAR - ECONOMIA AZUL

A) ENQUADRAMENTO

Identidade, coesão territorial e desafios

O mar é um elemento central na formação da nossa identidade nacional. Foi através do mar, e por causa do mar, que os Portugueses contribuíram decisivamente para o progresso científico e tecnológico da Humanidade.

As atividades tradicionais ligadas ao mar, como a pesca, contribuem de forma decisiva para a construção da nossa identidade nacional, daí que o seu conhecimento e divulgação sejam fundamentais, também para o reforço do papel do mar na nossa ligação intergeracional.

O papel decisivo do CDS

O CDS orgulha-se de ter sido o partido que mais fez pelo mar nos últimos anos, desde a defesa da fileira do pescado e de uma pesca sustentável, ao investimento em inovação. É hoje amplamente reconhecido que a atuação do CDS à frente da área do mar foi decisiva para colocar Portugal entre os principais atores internacionais nesse domínio.

Em Portugal, o CDS foi sempre o partido que definiu o mar como um pilar para o desenvolvimento científico e económico do país. Recorde-se que foi quando o CDS liderava a pasta do mar, que se conseguiu para Portugal um pacote financeiro de cerca 392 milhões de euros, que era o quinto valor mais elevado entre todos os países da EU, e que correspondia a um aumento de 60% relativamente ao programa anterior.

Também foi com o CDS que se procedeu à mais profunda reorganização dos portos nacionais, com a separação das atividades reguladora e de gestão, e a transferência de funções de autoridade portuária para a DOCAPESCA. Os portos de pesca e as marinas de recreio foram integradas na DOCAPESCA, criando uma entidade integrada e garantido uma gestão racional e dinâmica das infraestruturas portuárias. Adicionalmente, foi com o CDS que se iniciou um programa de intervenções em portos e lotas, depois de, em alguns casos, quase 20 anos de abandono.

Foi igualmente com o CDS que se desenvolveu e implementou a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2013-2020, a estratégia mais ambiciosa de sempre, assente no desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica, e com um plano de ação e medidas concretas.

O CDS também criou aquele que é considerado a nível internacional como um dos mais avançados regimes jurídicos aplicáveis ao ordenamento e à gestão do espaço marítimo nacional, e que permite a Portugal ambicionar um papel de liderança a nível mundial no que respeita à economia do mar. Foi também com essa legislação que Portugal garantiu que todas as atividades devam garantir o bom estado ambiental do meio marinho.

B) O QUE TEMOS

Ao longo dos séculos organizaram-se importantes comunidades costeiras e modos de vida ribeirinhos, que ainda hoje sobrevivem e que nos definem e ao nosso modo de vida. Contudo, o paradigma de ocupação do território nacional é hoje muito diferente. Atualmente, aproximadamente 20% da população nacional reside em pouco mais de 3% do território terrestre, i.e. na Área Metropolitana de Lisboa.

Esta pressão demográfica e a consequente urbanização das zonas costeiras, representa um grande desafio em termos de conservação destas zonas, mas também dos ecossistemas marinhos.

Nesse sentido, para além de procurar garantir a coesão territorial, a ocupação do interior também é essencial para aliviar a pressão existente nas zonas costeiras e a interação destas com o espaço marítimo.

O desenvolvimento sustentável das zonas costeiras é essencial. Para isso é necessário criar soluções que promovam a correta ocupação do território, designadamente do interior, e levar a todo o território os benefícios da economia do mar. Com efeito, num país com uma largura de pouco mais de 150km, a coesão territorial deve ser uma prioridade, através do desenvolvimento de políticas eficazes que tenham em conta uma correta articulação mar-terra e entre zonas do litoral e do interior.

Para isso, é primeiro necessário conhecer, para saber proteger. Com efeito, Portugal, de acordo com vários especialistas, é o país da UE com maior risco de desertificação, fruto de secas mais frequentes e prolongadas. As alterações climáticas e a adoção de medidas de adaptação e mitigação têm, por isso, de ser uma prioridade, transversal a todos os sectores.

Outros importantes desafios incluem a segurança alimentar e o acesso a água.

Com a diminuição de capturas a nível mundial e a ameaça da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a falta de acesso e disponibilidade de peixe constitui um sério risco à nossa sobrevivência. Num país como Portugal, que está entre os principais consumidores de peixe do mundo, este é, por isso, um tema central para a nossa segurança alimentar. Como tal, para além da aposta evidente na aquicultura, Portugal deve investir seriamente no desenvolvimento de soluções que salvaguardem a nossa segurança alimentar, não apenas ao nível do pescado, mas em todos os sectores alimentares.

O ano de 2022 será um dos piores anos de seca de que há memória. A escassez de água para consumo humano, agricultura e produção de energia é um dos principais riscos que enfrentamos.

Assim, para além de uma boa gestão dos recursos hídricos disponíveis, outra solução já implementada em Portugal e amplamente desenvolvida noutros países é a dessalinização. Portugal deve, assim, investir no estudo da dessalinização como uma possível alternativa, avaliando os seus inúmeros impactos, a par de outras formas de colmatar a escassez de água, sobretudo para consumo humano, e medidas a implementar que garantam o correto aproveitamento deste bem.

Recorde-se que o mar é essencial para a nossa própria sobrevivência, na medida que produz entre 50% a 80% do oxigénio que respiramos. O mar é ainda o maior armazenador de CO₂ e proporciona serviços ecossistémicos e o capital natural que garantem a nossa prosperidade coletiva.

C) O QUE QUEREMOS

1. O meio ambiente marinho deve continuar a ser uma prioridade nacional. Como tal, Portugal deve ser capaz de alcançar os compromissos internacionais para a criação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas que abranja 14% do espaço marítimo nacional até 2020 e 30% até 2030.

2. Ocupação efectiva, fiscalização capaz e investimento nos recursos marinhos. Portugal exerce direitos sobre um espaço marítimo de aproximadamente 4.000.000km², o que faz de Portugal o maior Estado costeiro da UE e um dos maiores do mundo, devido à sua extensa plataforma continental. Com estes direitos, Portugal também está vinculado a importantes obrigações, designadamente no que respeita à proteção ambiental e ao combate às alterações climáticas e à poluição, ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos, à segurança marítima, entre outras.

3. Encarar o Mar como um desígnio e uma oportunidade. Dada a dimensão do espaço marítimo nacional, Portugal deve assumir a liderança internacional nos temas do mar, incluindo no que respeita à economia do mar. Para que isso aconteça é necessário, primeiro, que o mar seja efetivamente uma prioridade nacional transversal a todas as políticas públicas, ao nível nacional, regional e local, cobrindo o maior número de sectores.

4. Apostar na qualificação da pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos, na competitividade dos portos, transportes e logística, na inovação e diversificação das atividades, nas energias renováveis offshore, na construção e reparação naval, entre outras. Sem essa ambição, não será possível a Portugal aproveitar as enormes potencialidades oferecidas pelo nosso espaço marítimo nacional e de liderar de forma expressiva a economia do mar a nível europeu e mundial.

5. Potenciar a utilização das nossas infraestruturas portuárias, no sentido de garantirem o rápido escoamento de elevadas quantidades de mercadorias, incluindo de energia.

6. Para tanto, é necessário garantir boas e eficazes ligações ferroviárias europeias, assim como a possibilidade de transporte de energia através de uma rede europeia. Por outro lado, com o aumento expectável da frota de navios de transporte de LNG, os nossos portos e infraestruturas associadas devem ser capazes de dar resposta a esse aumento.

7. Assumir os portos e infraestruturas portuguesas como um pilar fundamental da nossa estratégia energética, a par da produção de energia renovável offshore, relativamente à qual estamos longe de esgotar o potencial que o nosso espaço marítimo nacional oferece, como é o caso da energia eólicas e ondomotriz.

Neste momento, diversos países estão a apostar no desenvolvimento de infraestruturas, como terminais de LNG, para diminuir e eventualmente eliminar a dependência externa.

8. Aproveitar o apoio ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), para a realização dos objetivos da EU no domínio do ambiente e da adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos.

Embora o Plano de Recuperação e Resiliência não tenha demonstrado grande ambição no que respeita ao mar, com a criação do FEAMPA, foram estabelecidas as prioridades, o orçamento e as regras específicas para a concessão de financiamento para a execução da política comum das pescas e da política marítima da UE, para o período compreendido entre 2021-2027, a que corresponde também à vigência do quadro financeiro plurianual. O FEAMPA tem um orçamento total de 6,108 mil milhões de euros.

Constituem prioridades do FEAMPA: o fomento de pescas sustentáveis e da restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos; de atividades de aquicultura sustentáveis e da transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar da UE; a promoção de uma economia do mar sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento de comunidades piscatórias e de aquicultura; o reforço da governação internacional dos oceanos e promoção de mares e oceanos seguros, protegidos, limpos e geridos de forma sustentável.

Com base nos números da Conta Satélite do Mar (CSM), também ela criada pelo CDS, e que permite a avaliação real da economia do mar, nos últimos anos temos assistido a um crescimento gradual da economia do mar em Portugal. De acordo com a CSM2016-2018, o impacto direto e indireto da economia do mar na economia nacional traduz-se em 5,1% do PIB nacional.

Contudo, embora se verifique um crescimento face aos resultados da CSM2010-2013, este aumento é fundamentalmente suportado pelo crescimento das atividades favorecidas pela proximidade do mar, ou seja, atividades associadas ao sector marítimo-turístico (recreio, desporto, cultura e turismo), que correspondem a 40,4% do VAB e a 36,2% do emprego na economia do mar. Em termos comparativos, em 2013, estas atividades representavam 26,1% do VAB e 27,2% do emprego.

9. Rejeitar um modelo de economia do mar exclusivamente subsídio-dependente. A economia do mar deve encorajar a participação do sector privado e,

consequentemente, ser capaz de captar investimento privado. O CDS defende ainda a diversificação da economia do mar, apostando na inovação e na captação de talento a nível mundial.

A boa utilização dos fundos provenientes do FEAMPA para o desenvolvimento ambicioso de uma economia do mar sustentável poderá ser um dos maiores legados que podemos e devemos deixar às próximas gerações.

9. ECONOMIA DIGITAL

A) ENQUADRAMENTO

A sociedade tal como a conhecemos está em contante mudança e adaptação, pelo que é já inequívoca a influência do digital na população e o impacto desta transformação, na melhoria e na aceleração de processos. A sociedade e a economia estão a mudar à medida que a adoção da tecnologia digital está a transformar os modelos de negócio e a mudar inúmeras indústrias: Automóvel, Financeira, Agrícola, Energética, Saúde, Transportes e Logística, bem como tantos outros sectores que se transformam e cujas tendências digitais são de tal forma relevantes, que são já referidas como a "quarta revolução Industrial".

A economia digital é a atividade económica fruto da hiperconectividade, das conexões online, entre pessoas, negócios, dispositivos, dados e processos. Existe hoje uma crescente interconectividade de pessoas, organizações e máquinas, que resulta da Internet, da tecnologia móvel e da Internet das Coisas (IoT), que têm vindo a transformar os modelos de negócios, a interação entre empresas, os serviços, bem como as informações e os bens, são consumidos. Num mundo cada vez mais competitivo e global, teremos que garantir que Portugal está preparado para enfrentar os desafios da economia digital, tirando partido do seu potencial para aumentar a competitividade do País e das empresas portuguesas.

O CDS-PP tem sido nos últimos anos uma voz ativa sobre a importância de uma economia digital forte e qualificada, tendo proposto mais formação profissional para que o IEFP pudesse preparar as pessoas para os desafios do digital e para que assim as empresas nacionais se tornem mais eficientes e competitivas.

Foi também pela mão do CDS-PP, que o debate sobre a importância do 5G e os impactos da implementação de tal tecnologia em diversas áreas, chegou à Assembleia da República em 2020.

Queremos uma economia digital forte e foi com agrado que percecionámos que o pilar da Transição Digital é uma das principais linhas de investimento do PRR, porém o CDS desde o primeiro dia que se manifestou preocupado por entender que estes investimentos possam ser uma "oportunidade perdida para o País", pela falta de

capacidade de execução, bem como pelo retorno real das ações definidas para as pessoas e para o País, que não está previsto ser devidamente acompanhado e avaliado.

B) O QUE TEMOS

A economia digital depende muito da capacidade de inovação, da criação e difusão de novos produtos, serviços, processos e métodos, sendo um ingrediente crítico para que Portugal tenha uma trajetória de maior crescimento e de uma forma mais sustentável ao longo dos anos.

Portugal tem de vencer o atraso que tem na aplicação de tecnologias digitais, pois o seu maior uso - através de melhores infraestruturas, mais aplicações e desenvolvimento de competências - levará ao aumento do crescimento potencial da economia portuguesa. Como este é um tema comum a todas as economias, Portugal tem obrigatoriamente de evoluir mais rapidamente nesta área se não quiser ficar ainda mais para trás.

A necessidade de digitalização é transversal a todos os sectores e áreas da nossa sociedade, sendo por isso uma base para a mudança na sua organização, criando as condições para o seu melhor funcionamento, mais rápido e consumindo menos recursos.

A economia digital é caracterizada por várias actividades e processos que visam o desenvolvimento de bens e serviços totalmente desmaterializados e em que nenhuma actividade física integra a cadeia de valor nem é requerida a presença física ou o envolvimento de um produto físico que não seja um computador, dispositivo móvel ou outras ferramentas informáticas como servidores, websites e informação relevante para a localização dos agentes.

Em 2020, Portugal aprovou o seu plano de ação para a transição digital, que atribui prioridade à capacitação e inclusão digitais das pessoas, à transformação digital do tecido empresarial e da administração pública e à digitalização da educação. Estes objetivos são consentâneos com a vertente da transição digital do PRR português, que se prevê centrar nas competências digitais e na digitalização das empresas, da administração pública e da educação. É verdade que tal consta como prioridade do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que inclui iniciativas dirigidas a diversos grupos da população, com medidas de apoio à digitalização que ascendem a 592 milhões de EUR, pelo que é fundamental assegurar a boa aplicação dos fundos alocados à transição digital. Não basta criar as linhas de apoio e financiamento, é preciso assegurar que as ações estão de facto disponíveis para todas as empresas que necessitam e não apenas, "às mesmas de sempre", bem como criar métricas de cumprimento dos objetivos no âmbito da transição digital e analisar o seu cumprimento bem como acompanhar e avaliar o retorno dessas mesmas ações ao País.

Em maio de 2021, Portugal reviu a sua Iniciativa Nacional Competências Digitais (INCoDe.2030), incluindo os seus objetivos e linhas de ação com o plano de ação para 2025-2030. A nova estratégia para os serviços públicos digitais incorpora políticas relevantes da UE, como o Portal Digital Único e o Regulamento eIDAS, o plano de ação europeu para a administração pública em linha, o Quadro Europeu de Interoperabilidade, os dados abertos e a acessibilidade na Web.

Porém e apesar de vários Planos e Estratégias Nacional, os dados revelam que o esforço de Portugal para acompanhar a velocidade do desenvolvimento das economias digitais ou mesmo de demonstrar alguma vantagem competitiva, ainda é de acordo com o

IDES, insuficiente, uma vez que de acordo com o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade 2021 (IDES), Portugal ocupa o 16.º lugar entre os 27 Estados-Membros da EU.

A percentagem de empresas portuguesas com pelo menos um nível básico de intensidade digital é de 51 %, sendo a média da UE de 60 %. A melhoria das competências digitais terá que ser uma prioridade do país.

Também no que respeita à conectividade, Portugal ocupa o 15.º lugar e o esforço terá que ser maior, desde logo no cumprimento da transposição de Diretivas cujo objeto impactuam a transição digital, como é o caso da transposição do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas para a legislação portuguesa, que está atrasada, tendo a Comissão enviado a Portugal uma carta de notificação para cumprir. A transposição desta Diretiva Urge.

Portugal deverá ter como prioridade a substituição do anel de cabos submarinos do Atlântico, que liga o continente à Madeira e aos Açores e as ilhas entre si, uma vez que este se encontra no final do seu ciclo de vida. O incremento do esforço para o aumento da cobertura das redes de capacidade muito elevada e para a adesão à banda larga móvel irá assegurar um melhor acesso de todas as famílias e empresas, inclusivamente nas áreas rurais. O atraso que assistimos na atribuição de espetro constituiu um entrave à implantação da tecnologia 5G, deixando Portugal na cauda da Europa. O plano de recuperação e resiliência de Portugal contempla apenas investimentos menores na implantação da tecnologia 5G. É essencial exigir ao Governo que apoie a implementação da tecnologia 5G com cobertura em todo o território nacional.

Os investimentos na conectividade das escolas deverão ser acelerados, para que tenhamos um impacto atempado na transição digital do sistema educativo e no desenvolvimento de competências digitais.

No que toca à integração das tecnologias digitais nas empresas, Portugal deverá promover o desenvolvimento de polos de inovação digital e a requalificação de trabalhadores de zonas rurais em profissões da área das TIC. Portugal terá que investir em formação dos seus RH, bem como em polos europeus de inovação digital para aumentar a capacidade das PME para digitalizarem os seus processos empresariais.

Portugal ocupa o 17.º lugar entre os países da UE no que respeita à integração da tecnologia digital nas empresas: 51 % das empresas portuguesas declaram dispor, no mínimo, de um nível básico de intensidade digital, sendo a média da UE de 60 %. De acordo com o Relatório do Global Competitiveness Report, um dos pontos fracos de Portugal ainda é a falta de aquisição de competências digitais nos colaboradores das PME's nacionais.

C) O QUE QUEREMOS

1. Qualificar os recursos humanos das nossas empresas, na base da adaptação do nosso modelo de formação profissional, para nos tornarmos competitivos com base em fatores de diferenciação como a inovação, investigação e desenvolvimento;

2. Promover a integração digital, crucial para todas as organizações, particularmente no incentivo à criação de novos produtos e serviços e na implementação de novas práticas, processos e modelos de produção e de negócio, incluindo os canais de distribuição e de acesso a todos os potenciais utilizadores.

Hoje, os contratos são celebrados remotamente via Internet ou telefone, os pagamentos são efectuados por meios electrónicos e a grande maioria do valor gerado por estas actividades é detido pelo fornecedor de bens ou serviços digitais. Por este motivo, os custos de operação são mais baixos uma vez que nenhuma loja ou agência é necessária para aceder aos serviços digitais e a residência ou localização física do vendedor não influencia a decisão de compra do consumidor.

Desta forma, a economia digital tornou-se um ponto de partida para a fundação de novos negócios e para o desenvolvimento de novas respostas a desafios em áreas tão diferentes como a saúde, a educação, a alimentação ou o ambiente.

A digitalização proporciona um aproveitamento mais alargado a empresas e à população dos crescentes avanços tecnológicos que, em conjunto com o surgimento de novos modelos de negócio e de novos métodos de gestão, estão a transformar os processos produtivos e o comércio a nível global abrangendo todo o tecido empresarial, desde as empresas high tech, até às indústrias mais tradicionais.

3. Melhorar o acesso ao comércio digital, abrangendo o comércio convencional em bens e serviços na era digital e o comércio internacional que seja beneficiado pelas tecnologias digitais e as suas aplicações. Deste modo, o comércio electrónico funciona como motor de novos modelos de negócio baseados em fluxos de dados que permitem a utilização de diferentes tecnologias digitais.

4. Facilitar a operacionalização de novas ideias e a sua colocação no mercado, respondendo a novos problemas e desafios, e aumentando a competitividade da economia portuguesa. A inovação tecnológica está muito focalizada na efectividade da transformação digital, nomeadamente ao nível da integração da inteligência artificial, robótica, realidade aumentada ou machine learning, e incluindo materiais avançados, biotecnologia e nanotecnologia nas organizações como um todo, mas especialmente, na transformação dos processos produtivos, nos empregos e na economia.

5. Envolver os diversos stakeholders para potenciar o processo de inovação digital, incluindo empresas, empresários, organizações sem fins lucrativos, universidades, institutos de investigação, organismos do setor público, cidadãos e consumidores, trabalhando colaborativamente a nível local, regional ou nacional, e enquadrados por um ambiente de fácil acesso às infraestruturas digitais.

6. Assegurar o fornecimento de boas infraestruturas digitais, a preços acessíveis para os que têm menos posses, o incentivo à formação das pessoas e nas PME's para o maior uso de tecnologias digitais, a redução de barreiras ao comércio digital, incluindo regulamentos desactualizados e desnecessários ou uma gestão fragmentada a nível local, e a criação de condições que facilitem os pagamentos electrónicos, o uso de assinaturas electrónicas e o acesso a ferramentas de ciber-segurança.

Exemplos de medidas necessárias para garantir o maior aproveitamento das tecnologias digitais em Portugal é a facilitação da mobilidade dos consumidores entre operadores de serviços de base digital ou a necessidade de haver maior pressão concorrencial e maior transparência na venda de serviços de comunicações e de internet, bem como a redução da burocracia exigida às empresas e aos estabelecimentos de retalho para estarem no mercado.

7. Investir em R&D e a implementação de Sandboxes. Sabemos que as Leis e Regulamentos têm alguma dificuldade em acompanhar a velocidade das evoluções tecnológicas, por isso, este investimento, que impõe um conjunto de requisitos de elegibilidade e atribuem um conjunto de isenções regulatórias ou de autorização a aplicar durante um determinado período de tempo (análogo a uma fase de teste) é muito importante. É hora de termos isto em Portugal, por exemplo, na área de FinTech ou InsurTech, chamando a inovação, em vez de a atrasar, e permitindo que as empresas apresentem uma ideia inovadora com benefícios ao nível da eficiência financeira e do bem-estar dos consumidores, testando o seu produto no mercado.
8. Reduzir o tempo e o custo de testar ideias inovadoras no mercado, a menor incerteza regulatória e permitir acesso mais fácil a financiamento, e o acesso a um canal de comunicação próximo e informal com o regulador setorial.
9. Continuar a promover o investimento em Big Data, em Inteligência Artificial, em Machine Learning, para que se desenvolvam com escala global, aprofundando o enquadramento necessário para que as empresas incorporem estas tecnologias, mas também outras, tais como tecnologia Blockchain que permite melhorar a rastreabilidade, a segurança e transparência dos dados, e que poderá aumentar a eficiência de processos e criar empregos especializados.
10. Continuar a exigir ao Governo que acelere e apoie a implementação da tecnologia 5G com cobertura em todo o território nacional.
11. Acompanhar a execução do PRR. A aceleração digital é fundamental para que Portugal e as empresas portuguesas se tornem mais competitivos, pelo que todos os fundos oriundos do PRR para investimento no âmbito da "Transição Digital", para a modernização do trabalho, dos processos de produção, para a mitigação do défice de competências em tecnologias digitais, para a criação de novos canais digitais de comercialização e para a adoção de uma cultura de inovação e experimentação, o CDS-PP, terá que continuar a ser uma voz ativa para exigir que estes mesmos investimentos, sejam bem aplicados e chegam ao maior número de empresas possível. É fundamental exigir fiscalização da sua aplicabilidade, bem como exigir ao Governo que demonstre os efeitos e o retorno destes investimentos, para que não seja mais uma "oportunidade perdida" para o País.
12. Políticas públicas pensadas para uma economia crescentemente digital, mas feitas de forma responsável, acautelando os direitos e liberdades fundamentais dos portugueses. Em especial, estamos conscientes de que a utilização de informação pode gerar eficiências na gestão pública, mas preocupa-nos que o acesso a uma quantidade significativa de informação pessoal dos cidadãos possa dar origem a abusos e a um controlo excessivo e desproporcionado das suas vidas. Queremos que o nosso país aprofunde a transição digital, mas estamos conscientes dos riscos do desenvolvimento tecnológico para a sociedade e para os direitos e liberdades dos cidadãos.
13. Proteção das informações detidas pelo Estado e das suas infraestruturas. Nos dias de hoje, a soberania de um país não se limita apenas àquilo que é visível, pelo que a segurança da informação detida pelo Estado, bem como a proteção das suas infraestruturas, devem ser asseguradas sem prejudicar a transformação digital do setor público. Não obstante, reconhecemos o papel que a sociedade civil deve ter e preocupam-nos os níveis baixos de compreensão e literacia da realidade digital. Entendemos ainda

que o Estado deve dar o exemplo, nomeadamente em matéria de cibersegurança, pautando-se pelos mais exigentes critérios, nacionais e internacionais.

10. AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A) ENQUADRAMENTO

O ambiente e a sustentabilidade não são causas de direita, ou de esquerda. Tratar os temas como absolutamente prioritários é questão de senso e de pragmatismo. Só temos um planeta. Preservá-lo e garantir melhores condições e práticas a pensar no futuro é cada vez mais um desígnio que condiciona todas as políticas europeias e nos compele a descobrir mecanismos de interação global.

O CDS pretende contribuir para a criação de uma política ambiental que combata as alterações climáticas e contribua para descarbonização, proteja os recursos naturais, a biodiversidade e o ordenamento do território, valorize os resíduos como recursos, e promova o uso das energias renováveis. Não obstante, o CDS entende que a mudança de paradigma deve ser conseguida com equilíbrio, respeitando as possibilidades científicas e sem destruir condições de competitividade, garantidas de criação de empregos e coesão social.

Estamos empenhados em contribuir politicamente para uma economia moderna, mais competitiva, resiliente, mais circular e, a benefício da humanidade e das gerações futuras.

B) O QUE TEMOS

As atuais tendências da pressão nos recursos naturais e a conjugação de diversos factores, como o consumo excessivo de água e a sua contaminação, a perda de biodiversidade, a crise das matérias-primas, a produção excessiva de resíduos, o aumento das emissões de CO₂, a degradação da qualidade do ar, a necessidade de descarbonização da indústria e os riscos ambientais resultantes pelo modelo atual de produção e consumo, sublinham a necessidade de uma aposta em políticas que promovam um país mais descarbonizado, mais circular, mais sustentável e mais resiliente.

A área do ambiente deve ser encarada como uma grande oportunidade no sentido da construção de novos paradigmas mais sustentáveis, geradores de oportunidades de negócio e criação de emprego mais qualificado.

Em termos internacionais, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, o Pacto Ecológico Europeu e o Plano de Ação da Economia Circular Europeu, devem ser estratégias a ser seguidas e articuladas nas políticas nacionais. Só desta forma será possível alcançar as metas impostas, designadamente no setor dos resíduos e da descarbonização.

C) O QUE QUEREMOS:

1. As políticas de ambiente não podem ser objecto da tutela e da Administração Pública, apenas. É fundamental que exista uma articulação com todas as áreas governamentais, e que o desenvolvimento das políticas seja realizado em colaboração com os respetivos "stakeholders" de base territorial. A existência de políticas articuladas com as associações setoriais, parceiros sociais e empresas é determinante;

2. Proceder à revisão do Plano Nacional da Orla Costeira, com o intuito de preservar este recurso natural, fundamental para a economia nacional, promovendo políticas mais adequadas para o mar;

3. Promover projectos e inovação sobre dessalinização das águas e incentivar o uso das águas das chuvas e águas reutilizáveis, com o intuito de aumentar a oferta e melhorar a qualidade deste recurso natural;

4. Estimular a plantação de espécies autóctones, em detrimento de monoculturas;

5. Incentivar a indústria a adotar políticas de descarbonização e de economia circular, premiando-as fiscalmente;

6. Avaliar, juntamente com os restantes Estados-Membros, os critérios de remodelação dentro de cada sistema de gestão desenvolvido para implementar a Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP). Estudar novos fluxos aos quais a RAP possa ser aplicada, de forma a promover uma gestão mais sustentável e circular dos resíduos;

7. Promover e viabilizar a utilização de matérias-primas secundárias, desincentivando o uso de matérias-primas virgens. Desta forma, os processos de desclassificação de resíduos devem também ser menos complexos e mais integrados;

8. Promover mais formações técnicas para profissões diversas, dando conhecimento e estimulando a utilização de matérias primas disponíveis mais sustentáveis e a reparação de objetos e equipamentos;

9. Promover legislativamente a incorporação de materiais reciclados nos processos de construção;

10. Legislar no sentido de determinar a instalação em novos complexos de depósitos de água, com o objectivo da redução da pressão na rede de distribuição, atenuando assim, os efeitos das perdas de água;

11. Aumentar o incentivo da instalação em edifícios de casas do lixo, pontos de carregamento e veículos elétricos e local para estacionamento de bicicletas;

12. Adotar incentivos que estimulem o consumidor a comportamentos mais sustentáveis, nomeadamente um sistema certificado de créditos de carbono, em função dos consumos e hábitos de mobilidade individual;

13. Estimular os municípios a adotar os sistemas "Pay-As-You-Throw" (PAYT) que constituem um claro incentivo financeiro para os cidadãos, para promover a separação dos resíduos na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva (retirando assim a tarifa de resíduos da conta da água). Promover as melhores práticas no que se refere à valorização de resíduos;

14. Adoção de instrumentos fiscais com o objetivo de impulsionar o investimento em ativos considerados amigos do ambiente, nomeadamente os investimentos que geram mais benefícios ambientais do que os exigidos por lei

11. ENERGIA - TRANSIÇÃO PARA UM NOVO PARADIGMA

A) ENQUADRAMENTO

O sector energético em Portugal é um pilar fundamental da economia nacional, quer do ponto de vista do cidadão, quer do ponto de vista das empresas. O setor elétrico, o setor do gás natural e petrolífero têm estado nos últimos anos em constantes mudanças. Estes três eixos, têm-se tentado adaptar aos desafios europeus e mundiais de sustentabilidade e redução de emissões. Associados a estes desafios, desde o segundo semestre de 2021, a Europa e Portugal têm sido confrontados com uma escalada de preços nos mercados grossistas. Esta escalada de preços viu o cenário agravado pelo recente conflito na Ucrânia. O conflito vem juntar-se a um conjunto de fatores de incerteza estratégica, comprometendo a expectativa de uma gradual normalização dos preços da energia, cujas consequência se mostram devastadoras para a indústria e os consumidores privados, ou seja, para o normal funcionamento do Estado.

O CDS pretende contribuir para a criação de uma política energética nacional defendendo modelos de crescimento e desenvolvimento económico com foco na transição energética, como forma de assegurar a competitividade do país a longo prazo.

Em termos de segurança energética, é fundamental o acesso ininterrupto a fontes de energia a preços competitivos, que assegurem os objetivos de segurança do aprovisionamento reduzindo a dependência energética do país. As fontes e origens dos recursos energéticos devem ser diversificadas.

Igualmente importante é a garantia que a energia produzida é suficiente para o abastecimento de infraestruturas críticas, investindo na capacidade de armazenamento de energia, devendo o hidrogénio ter aqui um papel fundamental.

B) O QUE TEMOS

O "mix" energético nacional continua a ser dominado pelos combustíveis fósseis. Esta característica é particularmente preocupante atendendo ao facto de que Portugal não tem produção nacional de petróleo, carvão ou gás natural, dependendo da importação destes combustíveis, o que se traduz num elevado saldo importador. A forte queda do consumo de carvão foi acompanhada pelos aumentos do consumo de petróleo e de gás natural. Em Janeiro de 2022, a cotação média do crude Brent foi de 77,34 €/bbl, que correspondeu a uma subida de 69% face à cotação média de janeiro de 2021. O preço do gasóleo em Janeiro de 2022, aumentou 20% em relação a Janeiro de 2021.

Portugal apresenta uma dependência de 65% de energia importada, muito superior aos 55% da média dos 27 países da União Europeia. Este valor, conjugado com o facto de

Portugal ter registado na primeira metade de 2021 o 8º preço mais caro de energia na Europa a 27, traduz-se numa enorme barreira à competitividade das empresas, consubstanciando uma elevada dependência energética.

Portugal é um dos países europeus com condições geográficas que lhe permite explorar diversas fontes de energia renovável. No entanto, trata-se sobretudo de fontes de energia intermitente e dependente das condições meteorológicas atualmente insuficientes e limitadas na capacidade de armazenamento. Com o fecho das centrais a carvão, períodos de secas longas, elevada dependência na importação de energia e subida dos preços da energia e combustíveis, o país encontra-se perante um grande desafio.

C) O QUE QUEREMOS

O CDS propõe:

1. Diversificar as fontes energéticas e os parceiros (origens de importação) dos recursos energéticos, de modo a reduzir a sua vulnerabilidade a contextos de conflito e/ou disrupção no lado da oferta;
2. Aprofundar esforços conjuntos com Espanha e França, no aumento da capacidade de interconexão energética entre a Península Ibérica e o resto da Europa;
3. Aumentar a capacidade dos actuais três tanques de armazenamento de gás do porto de Sines, criando condições para receção de navios metaneiros, para armazenamento e fornecimento de gás à Europa;
4. Aumento do investimento em renováveis, apoiados em soluções tecnológicas maduras, sem sobre custos de exploração para o consumidor, estudando nomeadamente, a instalação de torres eólicas off-shore;
5. Aumentar os estímulos fiscais com vista à aquisição de equipamentos para produção doméstica de energia;
6. Alargar e simplificar os actuais mecanismos de financiamento do PRR para a aquisição de equipamentos mais sustentáveis e melhoria da eficiência energética de edifícios;
7. Aposta no Hidrogénio verde como vector de armazenamento de energia. Num sistema energético sustentável e eficiente, a capacidade de armazenar energia é tão importante como a capacidade de gerar energia;
8. Estimular a liberalização da produção e do retalho de energia eléctrica acompanhados de uma maior concorrência;
9. Estimular a liberalização e maior concorrência, criando planos tarifários dinâmicos que permitam aos consumidores ajustando os seus hábitos de consumos em função do "preço-ao-minuto" da energia disponível;
10. Apostar na dinamização de projectos de cidades inteligentes, como ferramenta de melhor gestão da energia;
11. Apostar na mobilidade sustentável com uma clara aposta na reconversão da frota nacional para veículos eléctricos e híbridos plug-in. Apostar na reconversão da frota de transportes públicos, especialmente nos autocarros com mais de 20 anos;
12. O alargamento da rede pública de pontos de carregamento para veículos eléctricos, em especial sistemas de carregamento bi-direcional, como forma de incentivar a compra de veículos eléctricos, e uma ferramenta no balanceamento de rede eléctrica nacional (Vehicle2Grid);

13. - Reduzir a carga fiscal do ISPP (imposto sobre produtos petrolíferos), de modo a amortecer a escalda do preço dos combustíveis;

12. PODER LOCAL E COESÃO TERRITORIAL

A) ENQUADRAMENTO

Portugal é um Estado unitário que "respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública" (art.º 6.º da CRP).

O CDS sempre defendeu o municipalismo, com tradição secular e continuaremos a defendê-lo, como instrumento de desenvolvimento local e serviço às populações.

O Poder local, pela proximidade às pessoas e melhor conhecimento das realidades locais é aquele que ao nível das políticas públicas melhor pode servir as populações e contribuir para o desenvolvimento territorial sob o ponto de vista económico, social, ambiental e cultural.

É aliás sabido que, quer no passado, quer no presente, os autarcas do CDS, ao nível dos municípios e das freguesias, sempre pugnaram pela defesa das suas gentes e dos seus territórios, tendo, muitos deles sido considerados autarcas modelos e exemplos a seguir.

Ao defendermos o municipalismo, defendemos o reforço das autarquias locais nas diversas formas de cooperação e associação entre municípios e entre freguesias, para resolução problemas comuns, bem como a transferência e a delegação de mais competências do poder central para o poder local, desde que acompanhadas do respectivo financiamento, devendo este ter em conta as especificidades dos municípios e dos seus territórios com vista a uma real coesão territorial.

Somos por uma verdadeira coesão territorial, pelo que nos bateremos pelos preceitos da lei fundamental da promoção da igualdade real entre os portugueses e do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional.

B) O QUE TEMOS

Portugal apresenta-se no Continente como um território a duas velocidades: um litoral com forte concentração da população e da actividade económica, e um interior com elevados e preocupantes índices de despovoamento, com uma paupérrima actividade económica rural, sustentada pelo sector terciário público. Acresce que, mesmo este, veio a ser drasticamente reduzido nos últimos anos, com o fecho de serviços do Estado, agências bancárias e balcões CTT.

O litoral representa cerca de um quarto do território, três quartos da população e concentra cerca de quatro quintos do rendimento nacional. O que sobra é o interior desigal, envelhecido e empobrecido, cada vez menos apetecível à fixação das pessoas.

A este estado de situação não é alheia a "concentração" do Poder Central, quer nas desajustadas transferências e delegações de competências no Poder Local sem dotações financeiras correspondentes, quer na falta de políticas concretas de incentivos à fixação de empresas e à economia no interior.

De sublinhar igualmente a desigual representação parlamentar do interior: os distritos do interior elegem apenas entre 2 a 4 deputados, o que se traduz na falta de representatividade da maior parte do território vasto território interior. Consequentemente, o essencial das decisões parlamentares relativas às questões da interioridade, acabam entregues a quem muitas vezes não conhece minimamente às suas especificidades.

De referir como do discurso político do governo socialista pela descentralização e pelo desenvolvimento do interior, coube à própria ministra da Coesão a constatação, em finais de 2021, de integrar um dos governos "mais centralistas" de Portugal.

O modelo de descentralização socialista tem-se limitado a sucessivas transferências de responsabilidades em diversos planos para as autarquias locais, sem que sejam acompanhadas de recursos financeiros que permitam o exercício das novas competências.

A descentralização vem surgindo como imposição do Estado Central aos municípios, sem respeito pela autonomia local e pelas especificidades próprias. Serve somente o interesse do Estado Central, porque lhe permite alienar responsabilidades próprias, mantendo para si os recursos financeiros.

O problema demográfico, sendo um problema de dimensão nacional, afecta de forma grave o interior de Portugal, que sofre duplamente com o fenómeno: se por um lado é afectado pela redução geral da natalidade, vê os mais novos partirem para o litoral à procura de melhores oportunidades. A consequência é um preocupante índice de envelhecimento em todo o interior e o abandono das aldeias e da actividade agrícola.

O tecido empresarial do Interior do país é maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas de cariz familiar que competem num mercado nacional e internacional cada vez mais global e competitivo, com custos de produção mais elevados comparativamente com as empresas instaladas noutros pontos do território nacional e da vizinha Espanha, situação agravada com o recente aumento dos combustíveis e das tarifas de electricidade.

Além dos custos de produção, as empresas do interior também têm que suportar os custos da mobilidade. O fecho nuns casos e o desinvestimento noutros da ferrovia, aumentou ainda mais as dificuldades para as pessoas e para as empresas, que à falta de alternativas têm de suportar elevados custos de portagens, casos da A23, A24 e A25.

Na saúde, as populações do interior confrontam-se com um SNS cada vez mais carente de profissionais, com muitas das valências médicas cada vez mais fragilizadas e à beira da rotura final.

No tocante à Educação, além do encerramento sucessivo de escolas, por falta de alunos, também as Universidades e os Institutos Politécnicos, que têm um papel determinante na dinamização e sustentabilidade económica do território de influência onde se encontram sediados, têm tido pouca atenção do governo, replicando cursos superiores existentes nas instituições do Interior, noutras localizadas no Litoral.

C) O QUE QUEREMOS

A situação em que se encontra o interior continental necessita de respostas urgentes e concretas. O interior tem que ser considerado como um espaço de oportunidade, sustentado na competitividade e modernidade e capaz de contribuir para uma maior coesão social, económica e territorial do país. O desenvolvimento do Interior tem que ser assumido como um desígnio nacional. Para tanto, propomos:

1. A descentralização do Poder Central para o Poder Local negociada, e não imposta. Deve ser negociada com as entidades intermunicipais per si e com cada câmara municipal. Por seu lado, a transferência das competências deverá ser acompanhada dos recursos financeiros fundamentais ao exercício das novas responsabilidades.

2. Reforço das CCDR's. O papel e a legitimidade das Comissões de Coordenação têm de ser reforçadas com o aumento da transferência de competências do Poder Central, deixando de estar confinadas a propor e gerir a programação dos planos estruturais, ou a áreas como o ordenamento, o ambiente e a funções de fiscalização. Essas competências não poderão coincidir, nem sobrepor-se às das autarquias. Por seu lado, os presidentes destas comissões deverão ser eleitos pelos presidentes das câmaras que pertencem à respectiva Comissão de Coordenação, e em mandatos de duração não coincidente com os do Governo.

3. A deslocalização de serviços da Administração do Estado para o interior, nomeadamente ao nível de Direcções Gerais, como a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a de Veterinária, a do Território, a do Património Cultural, a de Energia e Geologia, entre outras.

4. Um estatuto fiscal para o interior, assente nas seguintes medidas:

- Quanto à tributação das pessoas, os valores das taxas a cobrar na tabela de IRS deverá ser inferior às taxas normais, sendo desejável que estas taxas possam progressiva e faseadamente ser reduzidas para quem resida ou venha a residir no interior;

- Ainda no IRS, defendemos que os custos de transporte, desde a gasolina ou gasóleo, os bilhetes de comboios e de camioneta ou as portagens, sejam deduzidos à colecta por parte dos contribuintes que habitem no interior;

- Para tornar os municípios do interior mais atractivos, defendemos o aumento até 15% a participação variável dos municípios do interior do IRS para devolução integral aos municípios e propomos o prazo de isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis) de três para dez anos para habitação própria e permanente;

- Quanto às empresas, defendemos uma taxa de 10% no IRC para todas as empresas que desenvolvam, e venham a desenvolver, a sua actividade no interior e que criem emprego. Defendemos, ainda, que a dedução dos lucros que sejam reinvestidos possa ser total, quando se trate de investimentos relativos a qualquer tipo de empresas do interior, feitas nesse mesmo espaço físico;

- Quanto ao Regime Contratual para o Investimento ou o Benefício Fiscal Contratual ao Investimento Produtivo, propomos que este passe a ter limiares de admissão mais baixos (metade) quando se trate de investimentos do interior;

- Quanto ao IVA, dos bens produzidos ou consumidos no interior, deve ser reduzido em um quinto em relação à taxa normal. Essa redução deverá ser igualmente aplicada ao IVA da electricidade e gás, pois estamos a falar de territórios de clima agreste e temperaturas extremas;

- Quanto às portagens das auto-estradas do interior, defendemos a redução em cinquenta por cento para as pessoas que residam nestes territórios e para as empresas aí sediadas.

5. Incentivos à fixação de médicos no interior. Propomos a atribuição de subsídio de interioridade e dedução à colecta dos custos com a habitação destes profissionais.

6. Incentivos à recuperação das casas das aldeias, mediante programas específicos com financiamento a fundo perdido, desde que se usem materiais maioritariamente biodegradáveis, casas que sejam ou não primeira habitação, também possam ser destinadas a turismo ou a segunda habitação, sendo o IMI, em todos estes casos, à taxa normal.

7. Eleger o Turismo como um dos eixos centrais de desenvolvimento económico do interior. Todo o interior possui condições ímpares no âmbito do "cluster" Turismo e Lazer, como os seus recursos naturais, património histórico e arquitectónico e diversidade cultural. Fruto da fraca industrialização, o interior apresenta paisagens naturais e conserva tradições milenares que são uma alternativa, hoje mais que válida, ao tradicional Turismo de Praia. Por isso, propomos que o governo, em articulação com as CIM e as câmaras municipais, crie campanhas nacionais e internacionais de promoção do turismo do interior.

8. Perante a inacção do Poder Central em reabilitar os troços de linha férrea desactivados no interior, propomos que estes sejam concessionados a empresas particulares para exploração turística e facilitação da mobilidade das pessoas e bens produzidos localmente.

9. Reforço das Instituições do Ensino Superior do interior e Educação. Defendemos a atribuição de cursos exclusivos a leccionar nestas instituições, bem como a majoração dos apoios financeiros do Estado. Defendemos, ainda, que os gastos com a Educação dos alunos destas instituições sejam dedutíveis a cinquenta por cento, em sede de IRS, a par do aumento e reforço das bolsas escolares destes alunos.

10. Face à inevitabilidade de alguns concelhos do interior poderem vir a perder o ensino secundário em virtude da diminuição da população jovem, defendemos a redução do número de alunos para constituição de turma, por forma a manter o ensino secundário e a oferta educativa diversificada em todos os concelhos do interior.

11. Maior representatividade do interior. O interior precisa de fazer ouvir a sua voz no Poder Central, nomeadamente na Assembleia da República, pelo que a par do número de habitantes, o imenso território interior necessita de mais representantes e maior representação democrática. Para tanto propomos que seja estudada a possibilidade de criação de um círculo de compensação para o interior de seis deputados (ou a agregação dos distritos de Vila Real / Bragança, Guarda/Castelo Branco, e Portalegre/Évora/Beja, com o aumento de dois deputados por cada um destes novos três círculos).

12. Uma Zona Económica Especial no interior. Propomos que se negocie com Bruxelas a implementação de uma Zona Económica Especial que disponha de um quadro regulatório especial para o interior do país, com uma competitividade radical, capaz de ser reconhecido como uma localização de referência para o investimento e capaz de se tornar o melhor local da Europa para começar e testar uma nova ideia ou um novo negócio.

Com essa Zona pretendemos ainda estimular novas formas de cooperação na gestão e ordenamento do território e apostar no desenvolvimento territorial participativo, no reajustamento da malha urbana e no desenvolvimento dos territórios do interior, para além

do reforço na protecção e gestão dos recursos naturais, acomodando as discriminações positivas necessárias.

13. CULTURA

A) ENQUADRAMENTO

A cultura e o património são áreas chave no desenvolvimento das sociedades do conhecimento, na economia dos lugares e na criação de emprego. São bases importantes nas dinâmicas socioculturais, concorrendo para a coesão territorial, promovendo a atratividade das regiões e o aumento da mobilidade entre territórios, diminuindo, assim, o peso da interiorização.

A cultura é simultaneamente herança e criação: tradição que herdamos das gerações passadas, e criatividade, empreendedorismo, inovação, novas formas e novas técnicas que vamos deixando para as gerações futuras (cfr, Carta de Porto Santo, 2021).

A riqueza cultural e patrimonial do nosso País são imensas. Consequentemente, , constituem uma mais valia estratégica que deve ser potenciada.

Quando falamos de património, falamos de materialidade e imaterialidade. Falamos de bens culturais tangíveis como os monumentos, sítios arqueológicos, coleções museológicas e etnográficas, arquitetura tradicional e vernacular, entre muitos outros, mas também no património intangível, casos de tradições, festas, música, narrativas, danças, rituais, entre muitos outros. Falamos também de diferentes dimensões e complexidades, de grandes monumentos e de arquitecturas simples, de grandes acontecimentos, mas também de narrativas e histórias que remetem para formas de vida, tradições, costumes. Falamos de herança, mas também da investigação, criatividade e da inovação. Falamos de paisagens, de cidades de pequena dimensão, vilas e aldeias históricas..

Somos parte da "cidadania cultural europeia" - cfr. Carta de Porto Santo, 2021, Davos, 2018 e Namur, 2015, entre muitas outras) sendo que segundo o Tratado da União Europeia, a União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, com respeito pela diversidade.

O património é autêntico, testemunho da identidade, significativa para a sociedade, para a economia e para o conhecimento, mas também é frágil, exposto a inúmeros riscos e ameaças, em particular o desconhecimento, a deterioração o vandalismo, a destruição parcial e total, desrespeito e, não raras vezes, vítima de predação e de crime. Aos riscos e ameaças anteriores ainda é possível identificar a pressão climática, os desastres naturais, a guerra, fatores de globalização, de pressão económica, especulação, poluição, abandono dos lugares ou a forte urbanização, entre outros.

Zelar pelo nosso património e pela cultura é, pois, uma responsabilidade comum.

B) O QUE TEMOS

Temos um enorme potencial património cultural, arquitetónico e natural marcantes da nossa História e das vidas das comunidades, infelizmente sem atenção ou desprovido de estratégias que unam, num objetivo comum, diferentes tutelas, sejam elas públicas ou privadas. Esta constante falta de visão estratégica leva, em muitos casos, ao abandono, à predação e destruição, situação que em nada nos dignifica enquanto Nação.

Temos lugares diversos que marcam paisagens rurais ou urbanas diferenciadas de enorme valor cultural, mas temos também paisagens pouco qualificadas, vítimas do desordenamento do território e da falta de estratégia e de planeamento.

Por todo o território encontramos uma enorme dimensão de técnicas e saberes que marcam práticas que, na diversidade natural do nosso País, se diferenciam de lugar para lugar. A geologia, a presença ou a escassez da água, o tipo de solo, o clima, promoveram a diferenciação de usos e costumes que hoje se instituem como património cultural de enorme valor.

A existência de um número considerável de espaços culturais nos domínios municipais, muitos deles inertes, sem ação, sem atividade, condenados à nascença por falta de visão, leva-nos acreditar que a cultura tem possibilidades que ainda não estão totalmente exploradas, ou tão simplesmente vividas pelos cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Temos um mar imenso com um espólio considerável, mas muito esquecido e carente de atenção e inventariação. O espólio arqueológico subaquático está basicamente inexplorado. É urgente incentivar à descoberta da costa e do fundo do mar, inventariar os bens, estudá-los e divulgá-los. Há inúmeros riscos que todas as áreas costeiras correm, fruto da ação climática, que é urgente prever e tomar medidas adaptadas para a proteção e salvaguarda.

Há que sublinhar que somos um País com números crescentes no turismo, quer em meios urbanos quer em ambientes de ruralidade. A Estratégia Turismo 2027 anota a História e a Cultura como ativos diferenciadores para a década que já iniciamos, ou seja, ativos que se constituem como produtos âncora de toda a oferta turística nacional.

Possuimos uma lista interessante de classificações UNESCO, de património material e imaterial, que nos permitem alcançar uma dimensão internacional com impacto muito positivo. E temos uma História acumulada de 900 anos que permite a nossa diferenciação num mundo global, em particular no designado Novo Mundo que conta com uma História recente.

Apesar do vastíssimo património cultural do país, se usarmos como base de diagnóstico o recente "Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020" elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), em parceria com a fundação Gulbenkian somos deparados com uma triste realidade em relação às práticas culturais do nosso país.

Concluiu-se que 61% dos inquiridos não leram livros em formato impresso no período em questão e só 10% os leram em formato digital. Nos 12 meses anteriores ao início da pandemia da COVID-19, 31% dos inquiridos visitaram monumentos históricos; 28% frequentaram museus; 13% deslocaram-se a sítios arqueológicos e 11% frequentaram galerias de arte. No conjunto de espetáculos e concertos ao vivo, os festivais e festas locais foram os mais frequentados (38%), logo a seguir, os concertos de música ao vivo (24%), o teatro (13%) e o circo (7%). Os mais baixos índices de assistência reportam-se a

espetáculos eruditos: música clássica (6%), ballet ou dança clássica (5%) e ópera (2%). Este diagnóstico é fruto da inexistência de políticas culturais ao longo dos anos, fruto do desinteresse governamental que nos esquece a todos nós. Urge apresentar medidas que permitam chegar mais longe a cultura e que nos alcance a todos nós, sem exceção.

Em suma, podemos e devemos fazer mais e melhor, atribuindo mais valor acrescentado à cultura e ao património nas suas diversas dimensões e almas.

C) O QUE QUEREMOS

Defendemos:

1. A criação de uma cidadania cultural inclusiva, com estratégias que unam as dimensões regionais, nacionais e internacionais;
2. Estratégias para aumentar a mobilidade no território, evitando a concentração e o desgaste das grandes cidades. É preciso planear e gerir os territórios rurais e urbanos numa perspetiva de salvaguardarmos o que nos dá valor humano, cultural, social e económico.
3. Incentivar o planeamento e gestão da segurança, da qualidade e a partilha de boas práticas em matéria de património, fundamental perante inúmeros.
4. Uma visão da cultura mais resiliente, que ajude as comunidades locais a salvaguardar os seus traços mais característicos como um grande valor, promovendo e valorizando a diversidade e a identidade. Os pequenos elementos que diferenciam as regiões e marcam práticas artesanais e arquitetónicas de construção mais tradicional têm de ser protegidas do esquecimento e têm de ser usadas como forma de mostrar o nosso valor cultural.
5. Programas e meios financeiros para assegurar a conservação e a protecção do património mais vulnerável e que se encontra em risco de desaparecimento ou de degradação. É importante sinalizar e avançar com propostas, em particular nos domínios do património público e privado.
6. Linhas de apoio financeiro para obras em espaços e equipamentos culturais, que possibilitem a sua utilização e fruição cultural e a continuidade das suas atividades, seja na reabilitação como na reconversão de espaços em centros culturais de proximidade, que trabalhem em rede e cruzem várias manifestações artísticas. Se a tendência económica das estruturas evidenciava dificuldade na manutenção e conservação de espaços culturais, em particular para estruturas de pequena e média dimensão e movimento associativo, a crise pandémica veio acentuar e colocar a nu as fragilidades de sustentabilidades dos espaços. Existe uma necessidade urgente de verbas para a reabilitação e conservação do edificado. As boas condições de salubridade, segurança e conforto não só garantem a preservação do acervo, como estimulam a boa e correcta utilização dos espaços, contribuindo para o bem-estar dos utentes e uma boa experiência cultural, as pessoas podem ser atraídas pelas manifestações artísticas ou pelo edificado, tudo fazendo parte da experiência e da sensibilidade da cada indivíduo. Não menos importante se coloca a dignificação da imagem urbana, tratando o espaço envolvente, valorizando a atividade.
7. Recuperar o Decreto Lei 53/2014 – o grande incentivo à reabilitação urbana nos centros históricos -, e promover incentivos fiscais à reabilitação urbana (AT). A uniformização interpretação da aplicação dos incentivos não pode ficar à mercê de cada repartição de finanças.

8. Promover a reorganização das entidades da cultura, do património, das artes do Estado, separando de forma clara a gestão do Património do Estado, regulamentação de procedimentos e atividades inerentes à cultura e ao património, de estratégias nacionais.

9. Compilar toda a legislação aplicável nos diferentes sectores, reduzindo em novos Diplomas a dispersão legislativa que prejudica gravemente os sectores;

10. Neste contexto, é imprescindível a criação de gabinetes de apoio ao promotor que efetivamente esclareçam e transmitam instruções claras para que se realize a intervenção (à semelhança do que existe no Turismo de Portugal - Gabinete de Apoio ao Empresário).

11. Lutar por uma simplificação ecológica passiva dos edifícios, que permita ultrapassar o actual quadro labiríntico e complexo de infraestruturas que nada têm de ecológico e muitas vezes totalmente incompatível com as áreas de reabilitação urbana dos centros históricos. No âmbito da sustentabilidade há que repensar a reutilização energeticamente eficiente dos edifícios históricos e da promoção de transportes mais ecológicos menos poluentes e com menos impacto sobre o património.

12. Comunicar o património cultural material, mas também o imaterial promovendo ações dentro e além-fronteiras que o tornem mais conhecido, é fundamental para o crescimento de Portugal enquanto País. Disseminar nas redes e plataformas nacionais e internacionais a nossa cultura e património desencadeará novos olhares e novos interesses pelos nossos territórios e atividades culturais.

Hoje, as tecnologias conferem um apoio imprescindível à comunicação, pelo que é necessário proceder, o mais breve possível e de forma eficaz, à divulgação dos nossos eventos culturais, das artes tradicionais e da criatividade de novos artistas em todos os domínios culturais e artísticos.

13. Digitalização do património documental relevante. Tendo em conta que a transformação digital impulsiona o conhecimento, a sociedade e o desenvolvimento económico, digitalizar o património é tarefa indispensável. É urgente acelerar a digitalização da cultura e do património como forma de proteção do mesmo, mas também, como meio de impulsionar o saber e a chegada generalizada desse conhecimento à sociedade.

14. Aumentar a acessibilidade integrada deve ser concretizada, iniciando um trabalho de construção de acessibilidades físicas para populações com maiores vulnerabilidades, mas também intelectuais e sociais.

15. Democratizar o acesso e o usufruto do conhecimento, da cultura, das artes, e do património, que não pode ser privilégio das populações das cidades, do litoral ou de um determinado nível económico e social. É necessário proceder a uma verdadeira ampliação do acesso à cultura e às artes, promovendo uma real educação para integração dos valores civilizacionais da cultura na formação de cidadãos.

16. Lançamento de programas para captação de novos públicos para as artes, para a cultura e para o património, desenvolvendo uma maior atenção pela cultura por parte da população residente em qualquer idade, mas também alcançando públicos externos que demonstrem interesse pelo nosso País.

17. Formar novos públicos para a cultura, desenvolvendo nas escolas, desde os primeiros anos de escolaridade até ao ensino universitário, uma educação cultural e patrimonial de

forma a interiorizar valores importantes como a proteção, a conservação, o planeamento e gestão dos bens patrimoniais e culturais.

18. Mecanismos equivalentes para a população em geral, criando dinâmicas inclusivas e atrativas e sensibilizando a população de residentes para o património enquanto elemento de valor turístico e económico para a região e envolver a população de residentes no valor económico cultural e patrimonial dos seus lugares. O direito à cultura, pelo acesso e pela participação, é um dos Direitos Humanos, facto que não pode ser esquecido nem ignorado.

19. Formar especialistas adequados aos novos desafios e dinâmicas, prontos a atuar no planeamento e gestão da paisagem, na Investigação, na museologia, na salvaguarda, na digitalização, na conservação, restauro e reabilitação, na arqueologia subaquática, criando novas competências técnicas para trabalhar com métodos mais adequados e de maior eficácia.

20. Promoção de "clusters" de indústrias culturais e criativas que participem ativamente nos domínios do turismo cultural e criativo. Neste contexto é prioritário o redesenho de instalações de forma a acomodar polos internos de incentivo a atividades complementares, que sejam financiadores do tão necessário suporte financeiro, mas também promotoras da educação /formação ou divulgação da própria atividade cultural (oficinas, área comercial/merchandising, publicações, etc)

21. Valorizar o ensino técnico-profissional de forma a diminuir a escassez de mão de obra técnica e a evitar o desaparecimento de outra mão-de-obra especializada em oficinas tradicionais, o tipo de formação de arte que passava de "pai para filho". A nível técnico e profissional há, ainda, que formar em muitas áreas que possam dar apoio ao património edificado, à sua reabilitação, ao restauro e à atividade cultural em todas as suas vertentes mais específicas.

22. Activar e desenvolver a formação superior, nas áreas da cultura, património e artes, de forma a aumentar o horizonte de especialidade e o número de especialistas em áreas fundamentais para a cultura e património, gestão museológica e patrimonial, conservação e restauro, a comunicação nas diversas dimensões, as artes, a multimédia, a história, a arqueologia, entre outras.

23. Aumentar os apoios conferidos à investigação nas áreas da cultura e do património. Os apoios à investigação continuam muito diminutos. Sem apoio não é possível avançar no conhecimento. Sem apoio não é possível criar mais desenvolvimento.

24. Prestar atenção à educação nos domínios da cultura, do património e das artes, em particular relativamente aos manuais escolares que integram conteúdos escolares desatualizados e pouco atrativos. É importante que a escola, em todos os seus níveis de ensino, se abra à cultura, se abra aos temas e aos princípios da UNESCO.

25. Rever de forma estrutural e profunda o plano Nacional de leitura "Ler +", acompanhado por uma análise quantitativa e qualitativa do impacto do mesmo a nível nacional e local. É necessário que o enfoque extravase a componente do ensino da escrita e da leitura e que seja um projeto genuinamente horizontal e comunitário, envolvendo diversos parceiros.

26. Identificar a nível local monumentos e sinalizar elementos culturais e patrimoniais que possam constituir-se como motores do desenvolvimento local e como forma de descentralizar atenções. Aqui, as escolas e universidades podem ser motores interessantes e colaboradores imprescindíveis ao lado das autarquias e de outros atores do território. Neste contexto, entre outras estratégias, pode ser anotado o desenvolvimento

temático, anual, de uma grande exposição que articule os diversos museus, palácios, monumentos, sítios arqueológicos, centros interpretativos e centros de investigação da esfera pública e privadas.

27. Activar Rotas Culturais, em que as iniciativas apoiadas pelo Estado cruzem o território nacional com maior divulgação e conhecimento da História, do Património e das Artes junto das comunidades da diáspora portuguesa, para benefício da coesão territorial e do conhecimento dentro e fora do nosso País.

28. Fazer das redes nacionais de cultura, mecanismos por excelência para agilizar o contacto entre promotores e produtores, projetos e financiadores e proprietários de espaços e aqueles que mais necessitam dos mesmos.

29. Criar um modelo de regulamento das Redes Cultura que possa ser facilmente transposto para os vários níveis de atuação política.

30. Reavaliar o estatuto dos profissionais do espetáculo que entrou em vigor no início de 2022, mas não responde às questões do sector, quer a nível da precariedade de trabalho, quer dos impostos, fragilizando ainda mais o profissional. Não foi feita uma verdadeira identificação de todos os funcionários do espetáculo, havendo profissionais que não têm sequer acesso ao atual Estatuto. Não foram ouvidos os profissionais

31. Formar voluntários qualificados para apoio à atividade cultural e continuar a desenvolver bolsas de voluntários na cultura.

32. Reduzir a burocracia e promover a delegação de mais competências para os municípios que desenvolvem as ações políticas de proximidade, bem como a procura de criação de mecanismos estruturais de resposta às necessidades do sector em oposição a cada vez mais e mais órgãos burocráticos. Esta discussão deverá sempre incluir o papel de entidades como a RTP, ICA e SPA.

14. LUSOFONIA

A) ENQUADRAMENTO

Enquanto partido fundador da democracia partido de centro-direita, o CDS tem na língua e nos países de expressão portuguesa, áreas estratégicas de relevo absolutamente estratégico. Não é só passado e presente. São também oportunidades e futuro.

O português é a terceira língua europeia mais falada no mundo e a mais falada no hemisfério sul do planeta.

B) O QUE TEMOS

A falta de recursos financeiros e de meios humanos, a pouca atenção de governos, a incapacidade de negociação da tutela junto dos países com comunidades portuguesas expressivas, a falta de visão de futuro no sentido das imensas potencialidades da língua muito para lá de uma forma de expressão, têm lesado os interesses dos portugueses espalhados pelo mundo e estratégico de Portugal.

Por seu lado, independentemente da pertença à União Europeia, e da localização geográfica no continente europeu, Portugal tem também na CPLP uma ferramenta

fundamental, com vantagens recíprocas para todos os Estados-Membros, em relação à língua, à história, às relações comerciais, à Defesa, à Investigação, ao ensino, a tanto mais. Particular atenção deve ser também dada aos trabalhadores em mobilidade na UE e àqueles que no resto do mundo desenvolvem a sua actividade profissional.

C) O QUE QUEREMOS

O CDS defende:

1. O aumento do número de Professores para a criação de mais Cursos, quer Integrados, quer Paralelos na União Europeia, para ensino da Língua e Cultura Portuguesas às crianças e jovens;
2. Concursos de docentes através do Instituto Camões, por seu lado renovado de forma a apoiar uma rede escolar no estrangeiro que dê consistência à divulgação da nossa Língua e Cultura;
3. A atribuição de certificados de aproveitamento escolar às crianças dos cursos destinados ao ensino primário e no caso dos jovens do chamado ensino secundário, realização em cada zona consular um exame de língua e Cultura Portuguesas com nível de acordo com as classes que frequentam no sistema escolar do país de estadia, para aquisição do respectivo certificado de aproveitamento;
4. O fornecimento de novos programas que abarquem a modalidade de ensino da língua materna e língua estrangeira.
5. Mais secções portuguesas nos liceus dos países que aceitem esta modalidade de ensino;
6. A criação de Coordenações Gerais de Ensino nas capitais dos países de acolhimento para orientação da actividade docente, ou designação de um docente encarregado dessa tarefa nos países em que não se justifique a existência de uma Coordenação Geral;
7. O fim do pagamento de propina para a frequência dos Cursos de Português;
8. Exames do 12º ano de nível nacional para alunos que não possuam escolaridade adquirida nos países de acolhimento.
9. Apoio financeiro às Associações Portuguesas que desenvolvam acção cultural em espaços mediáticos e na comunicação social;
10. A difusão de Cursos de Português no Resto do Mundo, em diálogo com o movimento associativo e com as autoridades escolares dos países de acolhimento, de forma a organizar-se uma rede escolar com docentes sujeitos a concurso público pelo Instituto Camões.
11. O apoio às iniciativas que visem uma aproximação dos portugueses no estrangeiro a Portugal;
12. No âmbito da CPLP:
 - A actuação através das redes existentes de cooperação entre Portugal e os PALOP, numa perspectiva de desenvolvimento económico, mas também de afirmação de valores, com exemplo na Commonwealth das Nações, entre eles os da defesa da paz universal; promoção da democracia representativa e liberdade individual; a busca pela igualdade e oposição ao racismo e discriminação de género; a luta contra a pobreza e ignorância; a sustentabilidade ambiental e o comércio livre entre as nações.
 - A instituição do programa CPLP Mobility, facilitando o movimento transfronteiriço de pessoas, sem prejuízo da fiscalização capaz à entrada;

- A criação de um fundo social para melhor resposta perante catástrofes naturais;
- O relançamento da TV/CPLP para a disseminação de cultura lusófona pelos países da comunidade;
- A reposição da difusão da RDP Internacional e RDP África em ondas curtas, com objectivo do maior alcance possível;
- O reforço cooperação com os PALOP e Timor-Leste a nível de desenvolvimento de educação, saúde e infraestruturas;
- O alargamento de delegações do Instituto Camões;
- O relançamento os Jogos da Lusofonia e Jogos da CPLP, para promoção do espírito desportivo e da cooperação entre países;

15. REGIÕES AUTÓNOMAS E ULTRAPERIFERIAS

A) ENQUADRAMENTO

O CDS é um partido que assume as vantagens dos regimes autonómicos nos planos administrativos, de proximidade com as populações e de coesão nacional. Quando à esquerda a desconfiança era grande, o CDS, ao longo da história, pela sua ação, pelo seu trabalho, pelo seu empenho, contribuiu para o aprofundar da autonomia, que encara como um instrumento que aproxima os portugueses e que contribui de forma decisiva para um Portugal que se quer estrategicamente atlantista.

O CDS interpreta a autonomia num espírito de cooperação: optamos por travar juntos os desafios que temos em comum, ao invés de escolher as diferenças que nos separam.

Pelos trajetos históricos nacional e regionais; pela força da militância nacional e regional; pelo trabalho dos militantes e dirigentes regionais; pelas propostas apresentadas ao longo de décadas de trabalho; pela competência demonstrada em anos de luta contra poderes centralistas no continente e contra poderes hegemónicos nas regiões autónomas, o CDS é hoje poder na Madeira e nos Açores, sendo também, nas duas regiões, um exemplo de boa gestão autárquica, quer em Santana, quer nas Velas, municípios que governa, quer nas juntas de freguesia que estão sob sua responsabilidade.

B) O QUE TEMOS

As autonomias carecem de ser aperfeiçoadas, no sentido das melhores respostas, numa perspetiva de eficácia, sem por em causa a coesão territorial.

Está em causa um instrumento essencial para a construção de um país mais equilibrado, mais coeso, mais capaz de aproveitar as oportunidades e de responder aos desafios que a geografia traz e impõe, num tempo em que o Atlântico norte volta a assumir papel central para as economias globais.

Todavia, há questões relacionadas com os limites do poder legislativo, finanças regionais, obrigações da República, mobilidade, entre várias outras, que devem ser clarificadas e aprofundadas.

C) O QUE QUEREMOS

1. Incentivar e reforçar a colaboração as estruturas da Madeira e dos Açores, com o seu grau de autonomia, e os órgãos nacionais do partido, na base de pontos de entendimento e de convergência que devem ter por base a matriz política e ideológica do CDS e o passado histórico do partido.
2. Assegurar que a transferência de competências deve ser acompanhada de dotações financeiras necessárias à sua prossecução.
3. Na Madeira, monitorizar o empenho do Estado nas negociações do V Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira, instrumento fundamental para o desenvolvimento daquela região, fruto da captação fiscal que garante e do número de postos de trabalho que gera.
4. Assegurar o cumprimento das obrigações para com as Regiões Autónomas, de que a segurança e a justiça são os mais conflagradores exemplos. Desde a falta de manutenção dos imóveis do Estado, à falta de recursos humanos e materiais, passando pela dramática sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, estão as Regiões Autónomas entregues à sua sorte.
5. Capitalizar a condição reconhecida de Regiões Ultraperiféricas, no âmbito da União Europeia, abrangendo mais derrogações e adaptações, quer no âmbito dos fundos europeus, quer no âmbito das regras de mercado, da concorrência e do combate às alterações climáticas, de forma a que estas sejam impulsionadoras do desenvolvimento e não travões injustificados;
- 6) Defender as Universidades da Madeira e dos Açores como lugares centrais para o conhecimento, para a investigação, para a resposta aos desafios da nova economia, garantindo-lhes os meios necessários à prossecução de objetivos estratégicos quer para as regiões, quer para o país.
- 7) Combater atitudes discriminatórias face aos órgãos de comunicação social de serviço público, agravadas por promessas de transferências incumpridas. Importa lembrar a exclusão das empresas dos Açores e da Madeira aos apoios concedidos pelo Estado para a compensação pelo aumento do salário mínimo nacional;
8. Alertar para princípios como o da continuidade territorial, garantindo a mobilidade para os cidadãos portugueses que vivem na Madeira e nos Açores, sendo por isso nossa obrigação defender a renegociação do subsídio social de mobilidade e da definição de serviço público e, no caso específico da Madeira, a sua extensão do primeiro ao transporte marítimo de passageiros;
9. Envolver as Regiões Autónomas na gestão do mar e do o espaço, num modelo que não ponha em causa a integridade e soberania do Estado.
10. Alocar os meios necessários à fiscalização da Zona Económica Exclusiva de Portugal, a mais extensa de toda a União Europeia, na iminência de ser alargada, passando Portugal a ser a quinta maior potência marítima mundial, com cerca de 4 milhões de Km² de fundo do mar, implicando a capacidade de controlo e fiscalização deste vastíssimo território.

Os recursos minerais, energéticos e genéticos, dos fundos marinhos constituem um novo património para o Estado, que representa uma alternativa à exploração dos mesmos em território continental. Caso o alargamento da plataforma continental venha a ser aprovado pelas Nações Unidas, só ao norte dos Açores existe uma fonte de cobalto suficiente para suprir um quarto das necessidades mundiais. A exploração destes recursos, representa uma enorme oportunidade para o País e para as Regiões Autónomas, especialmente numa altura em que a Europa, precisa urgentemente resolver a sua dependência energética da Rússia.

11. Assegurar a fiscalização capaz da pesca por embarcações de grande capacidade extrativa, nomeadamente as espanholas, que poem em risco a sustentabilidade das nossas espécies, muito em particular as de maior valor comercial, e consequentemente a delapidação dos nossos stocks.

12. Investir e cuidar nos espaços físicos e meios humanos de que a República dispõe e que tutela na Madeira e nos Açores.

16. UNIÃO EUROPEIA

A) ENQUADRAMENTO

O CDS é, desde a sua fundação, um partido Europeísta e defensor de Portugal como Estado-membro da União Europeia. Na Declaração de Princípios, apresentada a 19 de Julho de 1974, encontramos de forma claríssima a defesa da "necessidade da integração de Portugal no Mercado Comum, tão cedo quanto possível, com vista à nossa participação de pleno direito na Conferência Europeia prevista para 1980."

Se a integração Europeia nunca foi, dentro do CDS, uma questão de debate ou de fractura, o mesmo não se poderá dizer das condições da nossa participação no projecto Europeu. Rejeitámos, desde o início, um modelo federalista que apague as soberanias nacionais e defendemos o princípio, desde logo inscrito nos Tratados, da subsidiariedade.

Por essa razão, fomos o único partido nacional que, nos anos 90, defendeu um referendo à adopção do Euro como moeda única, não por oposição a essa participação ou contra o Euro, por si, mas porque identificámos, desde o início, algumas fragilidades e deficiências estruturais, as quais vieram a tornar-se evidentes durante a crise das dívidas soberanas.

No pós-crise, muitas delas vieram a ser colmatadas com inúmeras alterações legislativas – nas quais, à época, o CDS participou activamente – e que reforçaram o braço preventivo e correctivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento; pretenderam corrigir desequilíbrios excessivos dentro da zona Euro e criar os mecanismos de fiscalização e acompanhamento das trajectórias orçamentais, do défice e da dívida dos Estados-membros.

Mais recentemente, o CDS foi o único partido que, nas últimas eleições ao Parlamento Europeu, assumiu ser contra a criação de impostos Europeus e contra a harmonização fiscal, a qual coloca em causa os bons princípios económicos de competitividade fiscal e também contra o fim do voto por unanimidade no Conselho em matérias como a política fiscal e a política de defesa.

Tudo isto significa que o CDS é um partido profundamente europeísta, sem ser um partido federalista. Europeísmo nunca foi, e não é, sinónimo de federalismo. A riqueza deste projeto comum – que trouxe paz e prosperidade aos povos europeus, reside no princípio da subsidiariedade que os tratados consagram, e no respeito pelas diferenças. Curiosamente, sempre que os povos europeus foram chamados a pronunciar-se por um maior aprofundamento, no sentido federal, da União Europeia, a resposta foi a mesma: rejeição. Foi assim com o chumbo da Constituição Europeia em França e nos Países Baixos e com o voto contra ao Tratado de Lisboa, na Irlanda. Mais dramaticamente – e com vários equívocos aproveitados pelos Brexiteers – foi também isso que aconteceu no Brexit.

O CDS defende, pois, um princípio da subsidiariedade, que não pode ser letra morta nos Tratados. Foi consagrado para assegurar decisões tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo dos cidadãos.

Também na nossa Declaração de Princípios, estava já inscrito que “pela sua posição no Atlântico, defendemos que Portugal funcione como placa giratória entre espaços geo-económicos e culturais diferenciados, como a Comunidade Económica Europeia, o Brasil, e os Estados Africanos de raiz Lusíada.” Mantemo-nos fiéis esta visão e, por isso, a Europa que defendemos é Atlântica, ocidental e defensora da ordem multilateral. O Portugal europeu, livre e democrático não é a periferia da Europa, mas sim a porta para África e para o continente americano. Como escrevia Pessoa, Portugal é o rosto da Europa que olha a Ocidente.

A Europa que defendemos não se sobrepõe aos Estados que a compõem, mas percebe que estes têm interesses estratégicos variáveis, múltiplas línguas e pesos demográficos, económicos e financeiros absolutamente desproporcionados e, por isso, reconhece-lhes o direito inalienável de veto. É uma União livre e plural de Estados soberanos e de Homens livres.

B) O QUE TEMOS

Desde a fundação, a União Europeia construiu-se no conflito permanente entre federalistas e não federalistas, entre a tendência para o alargamento e a pulsão pelo aprofundamento, entre um maior centralismo defendido pela Comissão Europeia e um maior peso dos Estados representado pelo Conselho. Nisto podem ler-se tensões próprias de uma organização de Estados soberanos e iguais, que embora comungando de princípios e valores comuns – não partilham exactamente da mesma visão sobre o mundo e os seus desafios. Por isso mesmo, a União tem vivido um debate constante sobre a sua evolução e nunca foi possível “aprofundar” tanto e tão rápido quanto alguns gostariam, nem foi possível travar algum grau de maior integração, que outros gostariam de ter evitado.

O debate institucional e ideológico é difícil, a revisão dos Tratados um processo que se quer evitar e o compromisso possível, conseguido no Tratado de Lisboa, em 2007, é um legado que se tem procurado manter intocado, como denominador comum das várias tensões dentro da UE.

Porém, os últimos dois anos, primeiro por causa da pandemia de Covid19 e agora por causa da guerra às nossas portas, na Ucrânia, representaram um salto profundo no que será a União Europeia e quais os seus caminhos futuros. Nestes dois anos não foi a ideologia que determinou trilhos a seguir, não foi um dos lados do debate institucional que ganhou. Foi a realidade que se impôs de maneira impiedosa à construção Europeia. O que em 2019, na

tomada de posse do novo Parlamento e Comissão pareciam improbabilidades institucionais a médio prazo – reforço da emissão conjunta de dívida pela UE; impostos europeus; alargamento a leste; criação de uma verdadeira política de defesa comum – são hoje realidades fáticas que tomaram conta do discurso Europeu sem particular mandato, ponderada a recusa em 2002, em referendos realizados na França e Holanda, do chamado Tratado Constitucional.

A resposta europeia à devastação económica causada pela pandemia foi muito além de tudo o que tínhamos visto até hoje. O NextGenerationEU, o instrumento temporário concebido para impulsionar a recuperação pós pandemia, foi o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado na UE, com um orçamento de mais de 800 mil milhões de euros. Esse valor é financiado através de empréstimos contraídos pela Comissão Europeia, o que não sendo uma novidade em si – uma vez que tal possibilidade já estava prevista nos Tratados e já era utilizada – é uma transformação de facto na utilização do instrumento da emissão de obrigações pelos montantes que estão aqui em causa. Para financiar o reembolso dos empréstimos, a Comissão propôs, em dezembro de 2021, a criação da próxima geração de recursos próprios do orçamento da UE, tendo avançado três novas fontes de receitas: a primeira assenta nas receitas do regime de comércio de licenças de emissão, a segunda nos recursos gerados pelo mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço (CBAM) e a terceira na parte dos lucros residuais das multinacionais a reafetaraos Estados-Membros ao abrigo do recente acordo OCDE/G20.

Também a compra centralizada e conjunta de material de protecção pessoal e de vacinas, o ímpeto para a construção de uma União Europeia da Saúde, caminhando no sentido da harmonização e centralização de competências que eram maioritariamente dos Estados, demonstra que os poderes, de facto, da UE estão a crescer e exigirão, naturalmente, mais transferência de recursos e de parcelas de soberania.

Com a invasão da Ucrânia, a segunda grande crise pela qual passamos em dois anos, a questão do alargamento da União voltou a estar no centro do debate, com os pedidos de adesão apresentados pela Ucrânia, Moldávia e Geórgia. Mais uma vez, não foi uma visão institucional ou uma escolha estratégica que conduziu a este cenário, mas a realidade dramática de Estados que vêm na UE promessa de protecção contra a Rússia, o garante da sua independência e a manutenção de um modelo de democracia liberal.

É também a guerra nas nossas fronteiras que está a fazer avançar as discussões em torno da política de defesa Europeia e que obrigará a União a confrontar as suas dependências estratégicas de Estados não democráticos, que não partilham os nossos valores de respeito pelo Estado de Direito e pelas Liberdades e garantias dos cidadãos, como é o caso da Rússia ou da China.

Como se percebe, a realidade europeia em 2022 é muito diferente daquela que conhecíamos e dávamos por adquirida no início de 2020. As alterações e os passos que foram dados, os debates que foram iniciados e as transformações em curso mudaram, para o bem e para o mal, a União Europeia tal como a conhecíamos. São tempos de desafios e de incertezas. São tempos de transfiguração e evolução que não podemos deixar que sejam comandados pela necessidade ou pela urgência. A guerra ou a pandemia não são boas conselheiras quando se trata de determinar o nosso futuro colectivo. A reflexão que urge fazer hoje sobre qual a União que queremos para os próximos 50 anos não pode ser condicionada pelo medo, pelas dependências ou pela crise económica.

O debate sobre qual o modelo de financiamento do Orçamento Europeu – cada vez maior e a necessitar de mais recursos; a discussão sobre até onde devem ir as fronteiras da União Europeia; as escolhas a fazer em matéria de segurança e defesa dos Estados europeus; as respostas a como diminuir as dependências externas e fomentar a autonomia estratégica da União; as soluções a adoptar no âmbito da transição verde; as respostas à crise económica aberta pela pandemia e aprofundada pela situação na Ucrânia e pelo aumento da inflação e do custo da energia, são questões determinantes para o futuro e que não podem ser decididas num contexto de “emergência”, sem debate, sem escrutínio e num ambiente de unanimismo próprio de uma situação de crise.

C) O QUE QUEREMOS

1. Uma União de Estados Soberanos, povos empenhados no projecto Europeu e Homens livres:

O modelo de UE que o CDS defende é um modelo de Europa composta por Estados soberanos, com direitos iguais – daí não abdicarmos do princípio da unanimidade no Conselho nas matérias estabelecidas no Tratado de Lisboa. Somos pelo aprofundamento do processo de construção da União Europeia, com respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, no significado de que, com excepção das atribuições exclusivas definidas no TFUE, a União Europeia só deverá intervir se e na medida em que os objectivos prosseguidos pela acção considerada em cada caso concreto, não puderem ser alcançados de modo suficiente pelos Estados-Membros.

A construção Europeia deve ser feita com base num alargado consenso entre Estados e com a participação dos cidadãos, atendendo às suas escolhas, preocupações e ambições. Defendemos um amplo debate na sociedade sobre qual o futuro e qual a resposta aos desafios que nos foram colocados pela pandemia e agora pela ameaça Russa nas nossas fronteiras.

2. Recusa da harmonização fiscal, de impostos Europeus e do fim da regra da unanimidade:

As tentativas de harmonização fiscal não são novas e a Comissão Europeia tem usado vários mecanismos e expedientes para a executar – fazendo uso, por exemplo, do direito europeu da concorrência. A ambição de harmonizar ficou expressa numa Comunicação de Janeiro de 2019, na qual se pede que os Estados “avaliem a possibilidade de se passar progressivamente para um processo de decisão baseado na votação por maioria qualificada” no que respeita às questões de política fiscal. E se dúvidas houvesse quanto ao caminho que se pretende seguir, na Carta de Missão endereçada pela Presidente eleita Ursula Von der Leyen ao Comissário Italiano com a pasta da Economia é-lhe pedido que torne o Common Consolidated Corporate Tax Base (CCCTB) uma realidade, que combata os regimes fiscais “nocivos” e, finalmente, que use todas as cláusulas dos tratados para tornar possível que propostas em matérias fiscal possam ser adoptadas por maioria qualificada.

O CDS é absolutamente contra a criação de impostos europeus, harmonização fiscal e fim da regra da unanimidade no Conselho. Acreditamos que a competitividade fiscal entre Estados é um elemento fundamental para manter a UE atractiva perante terceiros e para controlar o ímpeto tributário de certos governos.

3. Emissão de dívida pela Comissão como medida extraordinária e temporária:

Na Comunicação da Comissão Europeia de 27 de Maio de 2020, onde se apresentou o plano de recuperação económica, ficou escrito que "o financiamento do instrumento Next GenerationEU será obtido, aumentando temporariamente o limite máximo dos recursos próprios para 2 % do rendimento nacional bruto da UE, o que permitirá à Comissão utilizar a sua notação de risco, que é muito forte, para se financiar nos mercados financeiros no montante de 750 mil milhões de euros destinados àquele instrumento". Para o CDS é essencial que a emissão de dívida por parte da Comissão Europeia seja, de facto, uma solução temporária e que não se torne a regra. Esta ideia está mais uma vez em cima da mesa, tendo por defensores França e Itália. A invasão da Ucrânia por parte da Rússia, está a levar a UE a acelerar os planos para se tornar mais autónoma e nesse sentido, discute-se a possibilidade de nova emissão conjunta de dívida para financiar o investimento necessário em defesa e a tão necessária independência energética. O CDS defende que o instrumento da emissão de dívida pela Comissão Europeia não pode ser normalizado, na medida em que representa um passo robusto em direção a uma "Debt Union", que recusamos liminarmente.

4. Rejeição das listas transnacionais:

O CDS é e continuará a ser contra a existência de listas transnacionais candidatas ao Parlamento Europeu. Favoreceriam candidatos de Estados-membros com maior dimensão, que apresentam um eleitorado maior e, por conseguinte, estimulam os partidos políticos a listar candidatos desses países no topo; não aproximariam as eleições da UE dos cidadãos, mas antes criariam um grupo de eurodeputados "sem raízes", reforçando a distância entre os cidadãos da UE e os deputados europeus; reduziria a legitimidade do Parlamento Europeu, poderia favorecer o crescimento do populismo e criar uma União Europeia mais distante e centralizada, em vez de uma União Europeia mais democrática. Para o CDS, as listas transnacionais não são europeias nem democráticas, mas uma construção artificial e centralista.

5. A importância da Nato e a recusa da autonomia estratégica em matéria de segurança e defesa:

Para o CDS é claro que em matéria de segurança do território europeu e sua política de defesa, ambas devem continuar a ser exercidas no âmbito da NATO, com reforço do compromisso europeu com esta organização. Portugal é um dos membros fundadores da NATO, e entendemos que, ao longo da sua história, esta mostrou ser um meio eficaz de defesa mútua em resposta a qualquer ataque de entidades externas, que a mudança geoestratégica à escala global, nomeadamente o colapso do bloco soviético e a derrocada do comunismo como projecto internacionalista não invalidou.

Sem a NATO, a ideia de Ocidente – do ponto de vista geopolítico – desaparece. A União Europeia e a NATO devem manter uma cooperação estreita, uma vez que este é um dos pilares da ordem multilateral que tanto interessa preservar. A União Europeia tem de se posicionar de forma firme quanto à sua relação transatlântica tendo em conta o desenvolvimento da autonomia estratégica e a os princípios definidos pela Bússola Estratégica. Perante os acontecimentos recentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, tudo indica que a NATO continuará a ser o "chapéu" da segurança para o espaço europeu. O CDS entende que não faz sentido a União Europeia pensar numa política de defesa própria ou num exército europeu autónomo, à margem da NATO. Pelo contrário, defendemos um maior investimento em segurança e defesa e a existência de um Fundo Europeu de Defesa,

pensado no âmbito e em colaboração com a NATO, como a forma de reforçar a nossa segurança e modernizar a indústria Europeia de armamento.

6. Rejeição do fim da unanimidade na Política Externa e de Segurança Comum da União (PESC):

A UE foi forçada a um período de reflexão sobre o seu futuro e como deve lidar com alguns dos maiores desafios que enfrenta actualmente, nomeadamente em questões de segurança e defesa. Os estados membros da UE têm estado tradicionalmente em desacordo em relação à utilização da regra da maioria qualificada (VMQ) no âmbito da PESC. Os interesses estratégicos e económicos de cada país justificam, para o CDS, a rejeição do fim da unanimidade no âmbito da PESC, uma vez os Estados-membros de menor dimensão, como o caso de Portugal, seriam facilmente ignorados tendo em conta o reduzido poder de voto. Além disso, é importante salientar que a VMQ apresenta os seus próprios riscos neste contexto, tais como o crescente descontentamento entre os Estados-Membros que não são capazes de bloquear decisões indesejadas.

8. Uma política de vizinhança reforçada e um alargamento realista e consequente:

O CDS tem sempre entendido que a natureza da UE é, em primeiro lugar, geográfica – correspondendo às fronteiras do espaço Europeu – mas também de natureza cultural e política. A UE deve ser uma União de Estados que partilhem valores comuns como o respeito pelas liberdades e garantias, pelo Estado de Direito, respeito pelo sistema democrático e pela separação de poderes, para além de uma comunhão cultural que se baseia em raízes comuns que são o legado judaico-cristão. Isso quer dizer que nem todos os Estados vizinhos poderão fazer parte da UE. Israel, que conosco comunga dos mesmos valores, não é geograficamente europeu.

Outros Estados, que conosco partilham o continente europeu, não comungam dos nossos valores e não têm uma organização política e jurisdicional consentânea com a pertença à UE. Nesse sentido, o CDS entende que a UE terá que se dedicar seriamente à sua política de vizinhança, que é essencial para promover a paz e o desenvolvimento dos Estados nas suas fronteiras, mas não pode criar falsas expectativas de adesão que não tem, objectivamente, vontade ou capacidade de cumprir. A seriedade e realismo na relação com a nossa vizinhança é um sinal de respeito democrático e de boa fé da União Europeia. O CDS defende critérios rigorosos para a entrada na União e soluções alternativas de parceria para Estados que não cumpram as condições objectivas de adesão.

9. Uma política migratória humanista e exigente:

O CDS defende a obrigação de acolher com humanismo todos quantos tentam escapar das atrocidades que o mundo enfrenta. O aumento das actividades criminosas transfronteiriças graves, bem como o terrorismo, exigem também que a UE pense com clareza na segurança das suas fronteiras externas. Uma Europa que protege é uma Europa que defende a sua segurança - dentro e fora das suas fronteiras. Para o que consigamos fazer, impõe-se que se distinga o fundamental, sem medos: refugiados, merecedores de asilo e migrantes, obrigatoriamente sujeitos às leis da imigração.

Face à crescente pressão migratória, é fundamental tornar o sistema mais eficiente. Queremos que a União Europeia consiga adoptar uma verdadeira Política Comum de Migração e Asilo baseada nos princípios da solidariedade e responsabilidade, com uma abordagem equilibrada que considere todos os aspectos do fenómeno migratório: protecção internacional, luta contra as redes criminosas de tráfico de seres humanos,

respeito pela migração legal e cooperação com os países de origem e de trânsito. O pacote apresentado pela Comissão Europeia ao introduzir uma nova triagem obrigatória antes da entrada, que consistirá na identificação e controlos de segurança, bem como recolha de impressões digitais e registo na base de dados Eurodac, está de acordo com aquilo que o CDS defende: responsabilidade com solidariedade.

O CDS defende uma política de gestão de fronteiras que combine a máxima segurança com uma maior agilidade e facilitação da circulação fronteiriça. Exemplos disto são os esforços que o CDS vem desenvolvendo no Parlamento Europeu, designadamente, no âmbito de instrumentos legislativos como a criação de um regime de interoperabilidade entre os sistemas informação da UE no domínio das fronteiras e vistos, no domínio do asilo e migração, aproveitando as potencialidades proporcionadas pelos sistemas de tecnologia, evitando o aproveitamento de lacunas e falhas no sistema.

10. Cooperação judiciária em matéria penal:

A supressão dos controlos de fronteiras facilitou a livre circulação dos cidadãos da UE, ao mesmo tempo que facilitou a actividade criminosa a nível transnacional.

O CDS defende a partilha eficaz de informação entre as autoridades policiais, judiciais e de informação nos estados membros é crucial para combater o terrorismo, localizar combatentes estrangeiros e combater o crime organizado. O CDS defende também o aprofundamento de áreas como a digitalização da justiça a nível da UE. A Comissão Europeia estima que mais de metade das investigações criminais atualmente incluam o pedido de acesso a provas electrónicas.

O ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico tem que necessariamente significar a atribuição de instrumentos certos para investigar a criminalidade online. Precisamos de dar às nossas autoridades judiciais instrumentos adequados para ter acesso legal a provas digitais e, neste âmbito, a conclusão das negociações do quadro legislativo para criação de uma ordem de produção e preservação europeia no que respeita à prova electrónica, com garantia de proteção adequada dos direitos fundamentais, designadamente, proteção de dados e vias legais de recursos. Não existe liberdade sem segurança. Seríamos ingénuos em identificar as fronteiras do crime internacional com as da Europa, mesmo após o alargamento. O espaço judiciário europeu deve ser entendido como um quadro aberto a todas as formas de cooperação nesta matéria.

11. Uma União Europeia mais autónoma, independente e soberana:

Nos últimos anos a UE foi criando uma série de dependências externas que acreditamos não serem uma fragilidade num mundo cada vez mais global e construído sobre uma teia de interdependências que nos aproximavam cada vez mais. As circunstâncias, primeiro da pandemia e agora da relação com a Rússia, mostraram o quanto estávamos errados. A dependência energética em relação à Rússia é hoje encarada como uma vulnerabilidade, tal como a dependência da China em certos componentes industriais também o é. O CDS defende uma UE que invista parte do seu Orçamento numa política de autonomia estratégica face a Estados que não partilham do nosso modelo de organização democrática e respeito pelo Estado de Direito, ao mesmo tempo que aprofundamos políticas de cooperação e interdependência com as demais democracias liberais.

Em matéria energética, uma diversificação das fontes e fornecedores é essencial e acreditamos que Portugal pode desempenhar um importante papel no futuro como país produtor de energia.

12. Por uma transição verde e digital liderada pelo mercado:

O CDS, sem colocar em causa os princípios e benefícios, a longo prazo, da transição verde e digital vê com preocupação o facto de que as estratégias europeias para ambas as transições assentem em modelos estatistas, com prioridades, objetivos e financiamentos definidos centralmente, a partir de Bruxelas. Ao contrário, o CDS entende que os princípios que norteiam qualquer transição devem ser sempre os da liberdade de iniciativa, apoio à inovação, neutralidade tecnológica e a aplicação das regras da economia de livre mercado. A criação de uma economia europeia mais verde e mais digital pode gerar importantíssimos ganhos de competitividade para as indústrias e empresas europeias, mas para tal não pode ser centralmente definido e programado, tem que contar essencialmente com o impulso criador e inovador dos intervenientes no mercado. Tem, igualmente, que ser uma transição socialmente justa, que não deixe para trás os mais pobres e os mais vulneráveis da sociedade. Se por um lado a transição energética pode ser essencial para a autonomia estratégica da União, não podemos permitir que se criem novas dependências problemáticas. A transição deve neutra do ponto de vista tecnológico, deve ser gradual, socialmente responsável e procurar as melhores alternativas para uma Europa estrategicamente mais autónoma e menos dependente.

13. Uma União Europeia neutra e que respeita as liberdades:

O CDS defende, de forma intransigente, o respeito dos princípios do Estado de Direito, separação de poderes, igualdade perante a lei e independência dos tribunais. Considera que todos eles são condições essenciais para que um Estado aceda ou mantenha a sua pertença à União Europeia. Paralelamente, defendemos também que a União não deve utilizar mecanismos como o Rule of Law Toolbox ou o acesso a fundos europeus para influenciar políticas, impor agendas ou promover comportamentos. Não cabe à UE determinar a definição das opções económicas e estratégicas dos Estados ou constranger a definição da sua política fiscal e opções orçamentais. Além disso, qualquer que seja a nossa posição individual em questões de costumes, sejam elas o acesso à interrupção voluntária da gravidez, eutanásia, a definição de casamento civil ou as disposições de direito sucessório, estas são matérias que os Estados devem legislar de acordo com a vontade dos seus cidadãos e não podem ser pressionados pela União Europeia. O CDS rejeita, por isso, todo o centralismo e modelos únicos de aplicação a 27 e recusa, igualmente, a proposta de Emmanuel Macron, feita no Parlamento Europeu, de consagrar o direito ao aborto na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Defendemos uma União Europeia que tem a obrigação de promover e respeitar a liberdade dos cidadãos europeus, desde logo a liberdade de expressão, de opinião e de consciência, condenando todas as formas de discriminação, sejam estas a pretexto do sexo, raça, crença, convicção, condição de saúde ou qualquer outra. A União Europeia deve ser activa na protecção dos direitos, liberdades e garantias dos europeus, contra todas as formas de abusos. É nesse campo, o dos valores fundacionais da nossa União – liberdade e igualdade de todos perante a lei – que a União deve actuar e não na uniformização de políticas e comportamentos que cabe aos Estados definir.

O CDS NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 2019

Uma nota particular a este propósito: O CDS terá nas próximas eleições europeias de 2024 um desafio absolutamente determinante para se consolidar como partido relevante do regime democrático que ajudou a fundar e consolidar, e para relançar com força, a ambição que em 2026 devolverá o partido à Assembleia da República, nas eleições legislativas.

O CDS é um partido de valores, humanista, personalista, com doutrina e vocação de poder. Mas até por isso, o CDS assume igual respeito pelo estatuto da oposição. O CDS não é um partido marginal, nem talhado apenas para alguns combates. As actuais circunstâncias não alteram esse facto, muito pelo contrário. E as próximas eleições europeias traduzirão uma autentica prova de vida para o partido.

Nas eleições europeias em 2009, o CDS, concorrendo isoladamente, obteve 8,37 % dos votos, conquistando 2 mandatos, os mesmos antes conseguidos em coligação com o PSD.

Nas eleições europeias em 2014, o CDS concorreu em coligação com o PSD, perdendo nesse momento um dos mandatos conseguidos em 2009.

Nas eleições europeias em 2019, o CDS, concorrendo novamente em listas próprias, obteve 6,2 % dos votos, mantendo o mandato alcançado em 2014.

Já em 2024, não haverá como não ter em conta o cenário absolutamente excepcional saído das eleições legislativas de 2022, que reflexamente dará às próximas eleições europeias uma importância estratégica incontornável.

Sublinhe-se que Portugal tem vindo a perder mandatos, eleição após eleição, como consequência dos reajustes determinados por alargamentos da União Europeia a outros países. Em 2004 estavam em disputa 24 eurodeputados, em 2009, 22 eurodeputados e em 2014 e 2019, 21 eurodeputados.

A partir do momento em que o CDS sofreu nas eleições legislativas de 2022 a maior derrota de toda a sua história, ficou obrigado a demonstrar o que vale nas urnas, numa prova de vida que acreditamos iremos superar com sucesso.

Em Portugal, como na União Europeia, o CDS representa ideias e valores não delegáveis, nem presentes em quaisquer outros partidos, novos ou antigos. O património de sucessivos mandatos dos respectivos eurodeputados desde as primeiras eleições europeias disputadas em 1987, o respeito junto dos pares e adversários, os passos que determinou nas políticas europeias, o contra-peso que garante no Partido Popular Europeu, de que foi fundador, em relação às pulsões mais federalistas, a visão democrata cristã, liberal e conservadora que encerra uma riqueza doutrinária inigualável, fazem do CDS um activo nacional, que os eleitores saberão preservar nas urnas, em 2024.

Um partido político com vocação de poder como o CDS, tem na disputa em listas próprias, uma vocação natural, concorrendo por si e crescendo, mostrando o que pode fazer por si e pelo País.

Em muitos momentos, por razões de interesse nacional, é certo, o CDS também não rejeita coligações. Tem de resto protagonizado várias, no plano local, nacional e europeu, pré e pós eleitoralmente, também com reconhecida necessidade e vantagem para Portugal. Deverão, no entanto, as coligações que o CDS celebra, como sempre sucedeu no passado,

serem encaradas como exceções, e não como a regra. E quando celebradas, deverão obedecer ao cumprimento de critérios estritos que as justifiquem.

Ficando, assim, claro, que a excepcionalidade das circunstâncias é relevante na realização de coligações, devemos reconhecer que as eleições europeias de Maio de 2024 ocorrerão num condicionalismo muito diferente daquele que justificou quaisquer coligações no passado.

Nas actuais circunstâncias e salvo qualquer alteração imprevisível das mesmas, que por ora não se antecipa, o CDS deverá então apresentar uma candidatura própria, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu

AGRADECIMENTOS

Na base da presente Moção de Estratégia, está o contributo extraordinário de Grupos Sectoriais que agregaram alguns dos quadros mais reconhecidos do nosso país, em cada uma das áreas. Da sua experiência e razão de ciência, da sua capacidade e visão, que alia o conhecimento académico, à experiência vivida, resultou a estratégia que, saindo vencedora, vinculará o CDS no ciclo dos próximos 2 anos.

Ter trabalhado, e principalmente saber que continuaremos a contar com todos, produzindo pensamento e propostas nesses mesmos Grupos Sectoriais que permanecerão activos, deixa-nos confiantes e certos de que seremos capazes de superar quaisquer desafios e de que devolveremos o CDS ao lugar que por direito justifica na nossa Democracia. Ideias nítidas, bandeiras claras e quadros de primeira linha. Credibilidade e competência voltarão a ser marcas de água indeléveis do nosso partido.

Muito Obrigado a todos.

GRUPOS PROGRAMÁTICOS

SAÚDE João Varandas Fernandes, Isabel Galriça Neto, Inês Montargil, António Marinho, José Lemos, Paulo Pimenta, João Moreira Pinto, Ana Rita Bessa, João Maria Condeixa, Miguel Capão Filipe, António Chaves Costa, Prof. Dr. João Manuel Queiroz e Mello, João Tiago Guimarães. SEGURANÇA SOCIAL: Pedro Mota Soares, Ana Clara Birrento, António José Baptista, João Condeixa. JUSTIÇA E SEGURANÇA: José Luis da Cruz Vilaça, Nuno Magalhães, João Almeida, Durval Tiago Ferreira, Pedro Queiroz de Barros, Diogo Feio, Vânia Dias da Silva, Otília Ferreira Gomes, Duarte Nuno Ribeiro da Costa Correia. ECONOMIA E FINANÇAS: Paulo Nuncio, Miguel Morais Leitão, Cecília Meireles, Pedro Moutinho, António de Sousa-Cardoso, José Theotónio, Ricardo Ferraz, João Pedro Tavares, António Correia Dias, Artur Gomes da Costa, Luís Gonçalves Folhadela, Rafael Valverde, António Cardoso Pinto, Pedro Aragão, Luís Mesquita, Diogo Mendes da Silva, Gonçalo Figueiredo de Barros, Miguel Namorado Rosa. AGRICULTURA: Luís Mira, Nuno Vieira e Brito, Mário João Araújo Silva, Cristiano Van Zeller, Francisco Pavão, José Eduardo Vieira, Gonçalo Santos Andrade, Duarte Mira. MAR E ECONOMIA AZUL: Vasco Weinberg. DEFESA E FORÇAS ARMADAS: António José Baptista, João Rebelo. CULTURA: Isabel Freitas, Diogo Moura, João Neto, Duarte Nuno Vasconcellos, Aline Gallasch-Hall de Beuvink, João Alarcão de Carvalho Branco, Luís Manuel Dá Mesquita Castro Leal, Raquel Maria Ferreira Cardoso de Morais Soares, Luís Francisco Sousa. EDUCAÇÃO: António Pinho. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E LUSOFONIA: Bruno Lencastre, Isaías Afonso, John Law Baker. ECONOMIA DIGITAL: Graça Canto Moniz, Mary Aldim, Diogo Lencastre, Ricardo Pinheiro Alves. ENERGIA e Transição para Novos Paradigmas: Andrea Valente, Vitor Vicente, Alexandre da Silva Teixeira. AMBIENTE - Economia Verde e Transição Climática: Luísa Magalhães, Cláudio Jesus, Frederico Fernandes, Alexandre da Silva Teixeira, Álvaro Castello-Branco. TRANSPORTES: Hélder Amaral, Nuno Trindade Gusmão. PODER LOCAL E COESÃO TERRITORIAL: Domingos Doutel, António César Valente Figueiredo, Pedro Morais Soares, Catarina Araújo, Ricardo Mendes, Francisco Kreye, Henrique Monteiro REGIÕES AUTÓNOMAS E ULTRAPERIFERIAS: Rui Miguel da Silva Barreto, José Manuel Rodrigues, Teófilo Cunha, Luís Silveira, Graça Silveira, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Brites Baldaia de Rego Botelho Mendonça Cunha. UNIÃO EUROPEIA - ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU: Beatriz Soares Carneiro, Ana Miguel Pedro Soares, Francisca Almeida Sampaio, José Monteiro Limão, Diogo Belford Henriques. REORGANIZAÇÃO INTERNA: Álvaro Castello-Branco, Pedro Morais Soares, Pedro Magalhães, Manuel Gonçalves, António José Baptista, João Gonçalves Pereira.

O SUBSCRITOR



JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO
Militante N^o: 030800347

OUTROS SUBSCRITORES

Telmo Correia, Luís Queiró e todos os demais militantes constantes dos sobreditos Grupos Programáticos.

TEMPO DE CONSTRUIR
MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL
PRIMEIRO SUBSCRITOR: NUNO MELO

